

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PNAP/UAB  
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

**ANÁLISE DO FUNCIONAMENTO E DA PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHOS  
ESCOLARES NA GESTÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS EM  
TAQUARA-RS**

**GIANI FERNANDA MÖLLER SCHUCH**

**SAPIRANGA, MAIO DE 2015.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PNAP/UAB  
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

**ANÁLISE DO FUNCIONAMENTO E DA PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHOS  
ESCOLARES NA GESTÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS EM  
TAQUARA-RS**

**GIANI FERNANDA MÖLLER SCHUCH**

Trabalho de conclusão de curso de Especialização apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Ana Mercedes Sarria Icaza.

**SAPIRANGA, MAIO DE 2015.**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos que me auxiliaram nessa caminhada, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul que por meio da Escola de Administração oportunizou essa especialização, à minha orientadora, professora Ana Mercedes Icaza e à tutora da orientação, Tanise Dias Freitas, cujo apoio e atenção possibilitaram a conclusão desse curso. Agradeço também à Administração Municipal de Taquara e à sua Secretaria Municipal de Educação pela significativa colaboração na elaboração do presente trabalho, e em especial aos meus pais, meus irmãos, meus cunhados e minha sogra, pelo cuidado com os meus filhos enquanto eu ocupava-me com as tarefas do curso. À minha amiga Mariane, por sua incansável parceria, ao meu esposo Mauro e aos meus filhos João e José, pela paciência infinita durante todo o tempo em que eu me dedicava ao estudo dos materiais e das aulas. Muito obrigada!

## **RESUMO**

O presente trabalho traz uma análise do funcionamento e da participação dos representantes nos conselhos escolares no município de Taquara, Rio Grande do Sul, desde a implantação em 2005 até o ano de 2015, com ênfase no mandato bienal 2013-2015, e sua colaboração na gestão das escolas municipais, bem como da importância da capacitação dos membros e da elaboração de novas formas para que haja uma gradativa ampliação da atuação desse importante colegiado na busca de uma gestão mais democrática nas escolas, através da participação e interação dos diretores, docentes, funcionários, pais e alunos.

**Palavras-chave:** Conselhos escolares; participação; gestão da escola.

## **ABSTRACT**

The present study is an analysis of the operation and participation of representatives on School Councils in the municipality of Taquara, Rio Grande do Sul, since the establishment in 2013 until 2015, and their collaboration in the management of municipal schools, as well as the importance of capacity building of members and the development of new forms so there is a gradual expansion of activity of this important collegiate in search of a more democratic management in schools, through the participation and interaction of principals, teachers, staff, parents and students.

**Keiwords:** School Councils; participation; management of schools.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
1.1	Contextualização e definição do Problema	8
1.2	Justificativa	10
1.3	Objetivos	11
1.3.1	Objetivo Geral	11
1.3.2	Objetivos Específicos	11
<b>2</b>	<b>PROCESSOS METODOLÓGICOS</b>	<b>12</b>
<b>3</b>	<b>REVISÃO TEÓRICA</b>	<b>15</b>
3.1	Conselhos escolares enquanto espaço de Gestão Pública: Origem, Denominações e Importância	15
3.2	A ideia de espaço democrático nos conselhos escolares – a formação e o conceito da participação	18
3.3	Os Conselhos e a Gestão Pública Municipal	21
<b>4</b>	<b>OS CONSELHOS ESCOLARES E A GESTÃO PÚBLICA EM TAQUARA</b>	<b>23</b>
4.1	Os conselhos escolares em Taquara: funcionamento do espaço democrático	24
4.2	Em relação aos diretores	25
4.3	Em relação aos docentes	26
4.4	Em relação aos funcionários	27
4.5	Em relação aos pais dos alunos	27
4.6	Em relação aos alunos	28
4.7	O significado dos conselhos para seus próprios componentes	29
4.8	Em relação aos diretores	30
4.9	Em relação aos docentes	31
4.10	Em relação aos funcionários	32
4.11	Em relação aos pais dos alunos	33
4.12	Em relação aos alunos	34
4.13	A percepção dos conselheiro a em relação à sua participação nos conselhos e a formação continuada	35
4.14	Em relação aos diretores	36
4.15	Em relação aos docentes	37

<b>4.16</b>	<b>Em relação aos funcionários .....</b>	<b>38</b>
<b>4.17</b>	<b>Em relação aos pais dos alunos .....</b>	<b>39</b>
<b>4.18</b>	<b>Em relação aos alunos .....</b>	<b>41</b>
<b>4.19</b>	<b>O grau de satisfação dos conselheiros em relação à valorização das opiniões e sua contribuição na gestão da escola .....</b>	<b>42</b>
<b>4.20</b>	<b>Em relação aos diretores .....</b>	<b>43</b>
<b>4.21</b>	<b>Em relação aos docentes .....</b>	<b>44</b>
<b>4.22</b>	<b>Em relação aos funcionários .....</b>	<b>46</b>
<b>4.23</b>	<b>Em relação aos pais dos alunos .....</b>	<b>47</b>
<b>4.24</b>	<b>Em relação aos alunos .....</b>	<b>48</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>51</b>
	<b>REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS .....</b>	<b>54</b>
	<b>APÊNDICES .....</b>	<b>58</b>
	<b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO CONSELHOS ESCOLARES - 2015.....</b>	<b>59</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A criação dos órgãos de controle social nas diversas esferas da atuação do Poder Público, seja municipal, estadual ou federal, pode ser considerada uma significativa conquista na gestão pública, considerando-se que a democracia participativa está ganhando espaço e sendo valorizada. Na escola, como ambiente formador da cidadania, também se percebe um aumento e valorização dessa participação mais democrática. A criação dos Conselhos Escolares, prevista em várias leis, inclusive na Constituição Federal, veio ao encontro do anseio de diversos segmentos que buscam a ampliação do direito de participação na construção de uma escola realmente democrática, onde todos possam participar, contribuir e terem suas opiniões valorizadas.

Enquanto espaço democrático, o conselho escolar é um colegiado paritário que possui representação de todos os segmentos da escola: direção, docentes, funcionários, pais e alunos, observando-se que, segundo Aguiar (2008), como instância colegiada cabe-lhes coordenar e acompanhar as discussões concernentes às prioridades e objetivos da escola, independente de serem de ordem administrativa ou pedagógica, bem como estimular a instituição de práticas pedagógicas e transparentes, onde toda a comunidade escolar têm direito a participar e opinar, mas também o dever de ouvir e respeitar as opiniões dos demais, considerando-se que a partir dessa interação de ideias é que se dá a democratização das decisões e que coletivamente se definem quais os rumos que a educação vai tomar, sem desconsiderar que “Como todo órgão colegiado, o Conselho Escolar toma decisões coletivas. Ele só existe enquanto está reunido. Ninguém tem autoridade especial fora do colegiado só porque faz parte dele.” (NAVARRO, 2004)

Em Taquara, Rio Grande do Sul, consoante a lei municipal 3.493/2005 e dada a sua relevância junto à gestão pública municipal, os conselhos escolares constituem-se nos órgãos máximos de gestão escolar, devendo esses colegiados serem compostos pelo diretor (membro-nato) ou pelo vice-diretor, no impedimento do diretor, docentes, funcionários, pais e alunos, de modo a representar os diversos pontos de vista e atuar diretamente na gestão da escola, fazendo parte da estrutura da instituição educacional e atuando como principal instrumento nos processos de

tomada de decisão, independente do caráter da questão, seja ela administrativa, pedagógica ou financeira.

Os conselhos escolares municipais têm ainda a função deliberativa, consultiva e fiscalizadora, resguardados os princípios educacionais. Segundo Meassi e Almeida (2008), a função deliberativa refere-se a tomada de decisão quanto ao direcionamento das políticas públicas desenvolvidas no ambiente escolar, a função consultiva refere-se à emissão de pareceres para dirimir dúvidas ou tomar decisões e a função fiscalizadora refere-se ao acompanhamento e fiscalização da gestão pública escolar, garantindo a legitimidade das de suas ações.

Na instância de atuação dos conselhos, as decisões devem ser tomadas em consenso, levando-se, em conta que, segundo Aguiar (2008), como instância colegiada, com a representação dos diversos segmentos da escola e da comunidade, cabe ao conselho coordenar e acompanhar as discussões concernentes às prioridades e objetivos da escola, analisar e encaminhar os problemas de ordem administrativa ou pedagógica, conhecer as demandas e potencialidades da comunidade local, estimular a instituição de práticas pedagógicas democráticas e transparentes, e incentivar a co-responsabilidade no desenvolvimento das ações de todos os que integram a comunidade escolar.

### **1.1 Contextualização e definição do Problema**

Apesar dos esforços empenhados no sentido de trazer os Conselhos Escolares para o centro da gestão da escola, desde sua criação em 2005, ainda é possível perceber que essa não é a realidade consolidada dos conselhos escolares no município de Taquara, pois além das diferenças manifestas no funcionamento dos conselhos de cada unidade educacional participante, alguns com situações e funcionamentos parecidos, outros com funcionamentos bem diferentes, a maioria aponta para uma especificidade em comum: reduzida participação sistemática dos membros nas decisões referentes à gestão da escola.

Conforme Meassi e Almeida (2008), a dificuldade na participação é uma problemática bastante presente na instituição dos conselhos escolares no Brasil, especialmente por parte dos pais de alunos, uma vez os mesmos estão marcados negativamente pelos motivos aos quais normalmente eram chamados à escola, ou para atender às solicitações de contribuição ou para chamada de atenção e



providências devido ao mau comportamento do filho. No entanto, Lima (2013) defende que a participação da comunidade nos conselhos ainda é insuficiente principalmente por conta da cultura da não participação ainda estar muito presente no cotidiano escolar, salientando que participação é construção, e não dado a ser implantando.

No município de Taquara, Rio Grande do Sul, objetivando a qualificação dos conselheiros, ocorrem reuniões mensais com representantes dos conselhos escolares, momento em que é realizado o estudo de um dos Cadernos Temáticos do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, fornecidos pelo MEC e, após a apresentação do conteúdo do Caderno, procede-se um debate e troca de experiências entre os conselheiros das escolas. Em 2014, iniciou-se o processo de capacitação dos membros eleitos para o biênio 2013/2015, período em que foram realizadas 9 (nove) reuniões no ano, entre março e novembro, sendo que em cada reunião uma escola, representada por no mínimo um membro de seu conselho escolar, foi responsável pela análise e apresentação do conteúdo de um dos Cadernos, continuamente os trabalhos elaborados foram discutidos pelo grupo em ordem crescente, inicia-se pelo Caderno 1 (um) e prosseguindo-se até o 9 (nove). Em 2015, em continuidade à formação, ocorreram 2 (duas) reuniões em que foram concluídos o estudo dos aspectos teóricos do funcionamento dos conselhos, através dos livros 10 (dez), 11 (onze) e 12 (doze).

Durante esses encontros, conforme relato de vários conselheiros e observação do funcionamento dos conselhos escolares municipais dessa cidade, nota-se que na prática há significativa dificuldade no funcionamento desses no que tange à participação efetiva dos membros da comunidade escolar, talvez porque parte dos membros desconhece a importância de participar efetivamente da gestão da escola, não sabendo exatamente quais suas incumbências, o que acaba por refletir fortemente no funcionamento dos conselhos.

Como medida principal de enfrentamento a essa dificuldade, vem sendo realizada a formação continuada dos conselheiros, que implica na criação de estratégias para que a maioria dos segmentos (diretores, docentes, funcionários, pais e alunos) participem efetivamente desse processo, uma vez que a presença de toda a comunidade escolar é fundamental para que se construa e implemente políticas públicas através de um método democrático de participação.

Nesse sentido, é preciso entender em que medida essas estratégias de interação democrática e sua relação com a formação inicial e continuada dos conselheiros possibilitam maior participação dos atores sociais dos conselhos.

## **1.2 Justificativa**

Como funcionária municipal de Taquara, da Secretaria de Educação, e como articuladora do fortalecimento dos conselhos escolares de Taquara desde 2011, tenho percebido nos últimos anos em que tenho acompanhado as atividades dos conselhos escolares municipais que há uma baixa participação efetiva desses colegiados na gestão da escola.

Essa constatação apoia-se também nos relatos dos membros representantes dos segmentos nos conselhos das instituições de ensino participantes das reuniões mensais na Secretaria de Educação de Taquara, Rio Grande do Sul, que consideram essa participação ainda pequena. No endosso dessa percepção, uma significativa parcela dos diretores de escola alega que, apesar dos constantes chamamentos, é bastante difícil reunir os conselheiros, sendo que alguns pais alegam grande dificuldade em participar das reuniões do conselho do qual fazem parte por conta de suas ocupações, uma vez que os outros segmentos representados trabalham na própria escola e os pais teriam que dirigir-se a ela especialmente para os encontros, faltando a seus outros compromissos, em especial os que trabalham. Mas entre os demais segmentos também há uma atuação discreta e relatos de que, embora exerçam suas funções laborais na escola, alguns representantes não comparecem às reuniões. Tal realidade não pode ser considerada totalmente incomum, considerando que, segundo Barbosa (2012, p. 12), “[...] por reconhecer que a participação da sociedade no acompanhamento da gestão pública é uma prática nova no Brasil, os atores sociais precisam de tempo para aprender essa forma de intervir nos espaços públicos”.

É nesse contexto que justifico o desenvolvimento desse trabalho, para que o mesmo possa auxiliar no conhecimento e na compreensão da realidade local, e talvez posteriormente como subsídio no desenvolvimento de novas estratégias municipais que possam fortalecer e consolidar de fato o funcionamento desses colegiados, além da formação continuada relacionada ao Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, considerando principalmente a vivência

dos próprios conselheiros, pois é a partir dessas experiências que deverão ser elaboradas interações pontuais que possam corrigir possíveis distorções que impedem esse importante instrumento de gestão democrática escolar de se firmar e se desenvolver cada vez mais, levando-se em consideração que, segundo Meassi e Almeida (2008), o espaço de atuação do conselho será construído realmente na oportunidade em que toda a comunidade escolar tome consciência de sua força quando bem organizados.

### **1.3 Objetivos**

#### **1.3.1 Objetivo Geral**

Analisar o funcionamento dos Conselhos Escolares municipais, com ênfase na compreensão das causas da reduzida participação sistemática desses órgãos nas decisões referentes à gestão da escola e sua relação com a formação inicial e continuada dos conselhos.

#### **1.3.2 Objetivos Específicos**

1. Identificar o funcionamento dos Conselhos Escolares, suas semelhanças e especificidades, mesmo que ocorram sob a mesma tutela municipal;
2. Entender qual o significado do conselho para seus membros, de forma a tomar conhecimento do grau de importância que o colegiado tem para cada segmento que o compõe;
3. Entender sobre as participações dos representantes a partir da análise dos próprios conselheiros e a relação com a formação;
4. Pesquisar o grau de satisfação desses quanto a valorização das opiniões, tendo em vista sua participação e a sua contribuição na gestão da escola.

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia aplicada ao presente trabalho foi a pesquisa qualitativa, referente ao funcionamento dos Conselhos Escolares existentes nas escolas municipais de Taquara, Rio Grande do Sul, sendo que os dados foram coletados através de observação participante e aplicação de um questionário como roteiro de entrevista semiestruturada. A pesquisa qualitativa foi escolhida pelo entendimento de que seria a metodologia mais adequada para cumprimento do objetivo, pois conforme Godoy (1995), esse tipo de pesquisa é apropriada quando se busca o entendimento de um fenômeno como um todo, e também quando a preocupação for a compreensão das relações sociais e culturais estabelecidas no interior das organizações. Ambas as premissas vem ao encontro dos objetivos da pesquisa a ser realizada.

No município de Taquara, RS, onde está localizado o objeto de estudo, durante as reuniões mensais com representantes dos conselhos escolares, abria-se um espaço para debate e relatos sobre como cada conselho funciona. Nessa etapa, foi realizada apenas a observação e o registro desses relatos.

No início do ano de 2015, precisamente no mês de março, realizou-se, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, a aplicação de um questionário a respeito da influência da capacitação no funcionamento do Conselho e da percepção que cada membro tem de sua atuação e do funcionamento prático do colegiado, sendo que foram disponibilizados ao total 84 (oitenta e quatro) questionários, na seguinte especificidade: 5 (cinco) questionários para cada escola de Ensino Fundamental que possui Conselho Escolar instituído, sendo um questionário para o diretor da escola e um para cada segmento representado, sendo esses docentes, funcionários, pais e alunos; para os conselhos das escolas de Educação Infantil foram disponibilizados 4 (quatro) questionários, uma vez que essas escolas não possuem alunos maiores de 12 (doze) anos, idade mínima prevista em lei para participação no conselho, e portanto não tem esse segmento representado. Os questionários foram entregues em uma reunião na SMECE, bem como respondidos e devolvidos pelos entrevistados ainda no mês de março do corrente ano.

Desse modo e para que os conselhos escolares de cada escola fossem investigados de forma a manter o sigilo de cada unidade individualmente, em vez de utilizar o nome da instituição ao qual o conselho pertence, para esse trabalho todas

as escolas tiveram suas denominações substituídas por EMEF ou EMEI, seguidas de um caracter numérico, sendo que as que possuem Ensino Fundamental foram denominadas somente “EMEF”, abreviatura de Escola Municipal de Ensino Fundamental, e as de Educação Infantil mantiveram igual caracterização, substituindo Escola Municipal de Educação Infantil por “EMEI”. O mesmo critério foi adotado nas citações transcritas no trabalho, onde a identificação do entrevistado é realizada somente pelo segmento que ele representa seguido de um caracter numérico, como “Diretor 1”, “Docente 1” e assim sucessivamente.

**Quadro 1: Número de questionários distribuídos por escola e por segmento:**

N	ESCOLA	DIRETOR	DOCENTE	FUNCIONÁRIO	PAI	ALUNO
1	EMEF 1	1	1	1	1	1
2	EMEF 2	1	1	1	1	1
3	EMEF 3	1	1	1	1	1
4	EMEF 4	1	1	1	1	1
5	EMEF 5	1	1	1	1	1
6	EMEF 6	1	1	1	1	1
7	EMEF 7	1	1	1	1	1
8	EMEF 8	1	1	1	1	1
9	EMEF 9	1	1	1	1	1
10	EMEF 10	1	1	1	1	1
11	EMEF 11	1	1	1	1	1
12	EMEF 12	1	1	1	1	1
13	EMEI 1	1	1	1	1	0
14	EMEI 2	1	1	1	1	0
15	EMEI 3	1	1	1	1	0
16	EMEI 4	1	1	1	1	0
17	EMEI 5	1	1	1	1	0
18	EMEI 6	1	1	1	1	0

Fonte: Dados da autora (2015).

Ainda no mês de março de 2015, de forma paralela à aplicação do questionário e para conclusão da investigação, foi realizada uma entrevista com três gestores escolares e com dois presidentes de conselho, para possibilitar o apontamento de elementos qualitativos sobre como cada um percebe o funcionamento do conselho em sua unidade escolar, e quais seriam as possíveis causas da baixa participação desses órgãos na gestão da escola.

Para tanto, foram utilizados alguns indicadores na formulação das questões do instrumento de pesquisa e que possibilitaram compreender o funcionamento dos Conselhos, bem como as possíveis causas da baixa participação. Tais indicadores são: a importância do conselho escolar para cada membro; percepção em relação ao Conselho enquanto um espaço ativo e participativo; a efetiva participação de cada membro; a importância dada à formação para conselheiros; a percepção destes membros em relação às suas opiniões e sugestões como forma de participação democrática.

### **3. REVISÃO TEÓRICA**

Tendo em vista que o presente trabalho de pesquisa objetiva proceder uma discussão e reflexão sobre a percepção e contribuição dos conselhos escolares na gestão das escolas públicas municipais de Taquara, estabelecendo também uma relação entre teoria e prática na contribuição dos referidos colegiados na gestão escolar, necessitou-se primeiramente pesquisar as origens desses órgãos, para que fosse possível contextualizá-los historicamente, examinar a sua importância e resgatar os conceitos de participação e gestão democrática na gestão das escolas públicas brasileiras, de modo a tornar possível a análise dos dados coletados.

#### **3.1. Conselhos escolares enquanto espaço de Gestão Pública: Origem, Denominações e Importância**

Os conselhos tais como apresentam-se atualmente, com composição bastante variada, tendo em sua formação membros de diferentes grupos sociais, surgiram principalmente da vontade popular de participar das decisões de governos que afetam a coletividade. Conforme Luiz *et al* (2004), a origem dos conselhos se perde no tempo e se confunde com a história da política e da democracia, tendo suas origens históricas há quase três mil anos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004). É importante ressaltar que nem sempre os conselhos tiveram o mesmo significado, pois inicialmente eles não representavam a ampliação da participação de diferentes membros das comunidades, e sim grupos formados por membros seletos e geralmente elitistas com a preocupação de manter a governabilidade e auxiliar os mandatários a controlar o povo (RAMOS; FERNANDES, 2010).

No Brasil, segundo Ramos e Fernandes (2010), os conselhos populares tiveram suas origens principalmente nos anos 70, especialmente por meio de movimentos sociais que se organizaram contra o regime militar vigente no poder naquele período, na luta por uma sociedade mais democrática. No entanto, há diferenças significativas presentes na constituição histórica desses grupos, pois inicialmente os conselhos eram organizados de forma a favorecer determinados governos, em seguida grupos de esquerda se “apropriaram” dos conselhos e os transformaram em instâncias de caráter descentralizador em favor de demandas populares, culminando na seguinte concepção: “[...] pensados como instrumentos

ou mecanismos de colaboração, pelos liberais, e como vias ou possibilidades de mudanças sociais no sentido de democratização das relações de poder, pela esquerda” (GOHN, 2002 *apud* RAMOS; FERNANDES, 2010, p. 48).

Durante o regime militar, com o esgotamento da credibilidade e da aceitação do governo, atribuída principalmente ao descontentamento popular com o autoritarismo do governo e a má gestão, tidos como causadores da crise financeira nacional, a sociedade começou então a questionar a legitimidade da forma de gestão vigente, e a reivindicar mudanças na forma de governo, principalmente no que tange à democratização da gestão do Estado. Quando os partidos de oposição ao governo militar se elegeram, a partir de 1982, foram então abertos canais de participação popular, inclusive nas escolas públicas.

É importante salientar que as primeiras experiências de gestão democrática nas escolas surgiram ainda durante a vigência do regime militar brasileiro, conforme segue:

As primeiras experiências de gestão colegiada nas instituições de Educação Básica surgiram em Minas Gerais e em São Paulo, em 1977; no Distrito Federal, em 1979; e no município de Porto Alegre, em 1985. Ao longo do tempo, as funções, a composição, e o caráter desses conselhos foram sendo alterados, embasados na própria experiência e no acúmulo teórico dos movimentos educacionais. Em Porto Alegre, em 1985, por legislação municipal, foi criado um órgão colegiado nas escolas públicas municipais que, entre outras atribuições, elegia os diretores de escola. Era uma legislação bastante avançada para a época, mas, na composição dos colegiados, o segmento dos professores detinha a hegemonia. Com os avanços democráticos, especialmente, a partir da Constituição Federal de 1988, esse órgão ficou defasado. Uma nova lei ensejou a criação dos conselhos escolares, órgão máximo de decisão na escola, com uma concepção mais democrática, pois contava com representação paritária de todos os segmentos da comunidade escolar. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2006, p.42).

Conforme Aguiar (2008), a origem dos conselhos escolares deu-se a partir das reivindicações dos movimentos sociais, principalmente na década de 1980, que demandavam maior participação e democratização das políticas públicas em educação. Esses esforços resultaram na incorporação da temática da gestão democrática na Constituição Federal e, posteriormente, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que em seu Art. 14. determina que os próprios sistemas de ensino são responsáveis por definir as normas da gestão democrática, considerando a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico



da instituição educativa e a participação da comunidade escolar em conselhos escolares ou equivalentes.

Durante o processo constituinte, nos anos 1980, os grupos representantes de interesses privados empenharam-se em fazer com que o princípio da gestão democrática fosse limitado estritamente às escolas públicas, excluindo-se todo o ensino privado (RAMOS; FERNANDES, 2010), tarefa na qual obtiveram êxito, pois a Constituição Federal diz o seguinte em seu Artigo 206, parágrafo VI: *VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei*. Bem como a Lei 9394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 20/12/1996, que em seu Art. 14. determina apenas que:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática **do ensino público** na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Já a Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE, define que cada sistema de ensino deve definir normas de gestão democrática do ensino público, com a participação da comunidade.

No Rio Grande do Sul, a gestão democrática do ensino público tem seu respaldo na Lei 10.576, de 14 de novembro de 1995, que “Dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino Público e dá outras providências”, definindo inclusive que a administração dos estabelecimentos de ensino será exercida pela equipe Diretiva e Conselho Escolar (LEI Nº 13990/12).

No município de Taquara, Rio Grande do Sul, a Lei que institui os Conselhos Escolares é bem mais recente, data de 29 de setembro de 2005, sob o nº 3.493/2005 que “Cria os Conselhos Escolares nas Escolas Municipais de Taquara, e dá outras providências”. Essa mesma lei explicita que as eleições devem ser realizadas sempre no mês de maio e que os Conselhos devem ter mandato de dois anos, serem constituídos pela direção da escola, alunos, pais ou responsáveis por alunos, professores e servidores públicos em efetivo exercício na respectiva escola, com composição de número ímpar e função não remunerada, bem como número de membros proporcional ao número de alunos da escola. A proporcionalidade de membros é regida através da Instrução Normativa 01/2005, da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue:

**Quadro 2: Proporcionalidade de membros por conselho conforme Instrução Normativa 01/2005**

Número de Alunos Matriculados	Número de representantes do Conselho Escolar Conforme Lei Municipal nº 3493/2005					
	Profissionais do Magistério	Pais ou Responsáveis	Alunos	Servidores	Direção	Total
De 100 até 300	1	1	1	1	1	5
De 301 até 500	2	2	1	1	1	7
De 501 até 1000	3	2	2	1	1	9
Acima de 1001	4	3	2	1	1	11

Fonte: Instrução Normativa SMEC 01/2005.

Diante dessa particularidade, na última eleição para Conselhos, ocorrida no dia 29 de maio de 2013, o município possuía 18 (dezoito) escolas que se enquadraram no requisito de número de alunos para comporem seus conselhos escolares, tendo em vista que somente escolas com mais de 100 (cem) alunos realizaram a eleição. Portanto, considerando-se a data de criação da lei e o período atual, percebe-se que as práticas de gestão democrática a partir da instituição desses conselhos nas escolas podem ser consideradas relativamente novas no município, uma vez que estão apenas no seu quinto mandato.

### **3.2. A ideia de espaço democrático nos conselhos escolares – A formação e o conceito de participação**

Para tornar possível o cumprimento dos dispositivos legais que criaram os conselhos escolares e para fortalecer esses importantes órgãos nas instituições de ensino, o governo federal criou em 2004 o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, por meio da Portaria Ministerial nº 2896/2004, de 28 de julho de 2004, no âmbito da Secretaria de educação Básica do Ministério da Educação, estruturando-se em três pilares principais, conforme posto no Curso de Formação para Conselheiros Escolares – Conselho Escolar na Democratização da escola: elaboração de material pedagógico, formação continuada presencial e formação continuada à distância, tendo como objetivo principal a qualificação e a participação dos conselheiros escolares.

De caráter destacadamente pedagógico, o Programa obteve grande receptividade por parte das secretarias estaduais e municipais de educação,

incluindo aquelas de estados e municípios cujos dirigentes pertenciam a partidos de oposição ao governo federal (AGUIAR, 2008).

Em várias ocasiões, especialmente nas cerimônias de abertura dessas jornadas de formação, estiveram compartilhando o mesmo espaço representantes do governo federal e dirigentes e parlamentares de partidos opostos que, nos discursos, expressavam os mesmos argumentos em defesa de uma escola pública de qualidade. Essa fato pode ser explicado devido ao grande apelo que as bandeiras da qualidade de ensino e da participação da comunidade têm, tradicionalmente, no Brasil, mesmo naquelas situações em que a retórica predomina em detrimento de ações concretas (AGUIAR, 2008, p. 133).

A referida capacitação, objetivo do Programa, orienta-se principalmente nos conteúdos de doze cadernos temáticos elaborados especialmente para a formação dos conselheiros, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, cujos títulos são:

**Quadro 3: Relação dos Cadernos Temáticos do Programa**

<b>Número do Caderno Temático</b>	<b>Título</b>
1	Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania
2	Conselho Escolar e a Aprendizagem na Escola
3	Conselho Escolar e o Respeito e a Valorização do Saber e da Cultura do Estudante e da Comunidade
4	Conselho Escolar e o Aproveitamento Significativo do Tempo Pedagógico
5	Conselho Escolar, Gestão Democrática da Educação e Escolha do Diretor
6	Conselho Escolar como Espaço de Formação Humana: círculo de cultura e qualidade da educação
7	Conselho Escolar e o financiamento da Educação no Brasil
8	Conselho Escolar e a valorização dos trabalhadores em educação
9	Conselho Escolar e a Educação do Campo
10	Conselho Escolar e a Relação entre a Escola e o Desenvolvimento com Igualdade Social
11	Conselho Escolar e Direitos Humanos
12	Conselho Escolar e sua organização em fórum

Fonte: Dados da autora (2015)

Além desses doze cadernos, foram publicados também outros materiais de apoio, como o Módulo 1 - Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública, com conteúdo contextualizador dos conselhos, desde os primórdios até o funcionamento atual. De um modo geral, são materiais bastante didáticos e de fácil compreensão, em linguagem acessível e com conceitos pautados pela simplicidade na linguagem, mas com conteúdos bastante esclarecedores sobre a participação, como refere Navarro *et al* (2004, p.43), no primeiro Caderno Temático do Programa, intitulado Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania,

A escolha dos membros dos Conselhos Escolares deve-se pautar pela possibilidade de **efetiva participação**: o importante é a **representatividade**, a **disponibilidade** e o **compromisso**; é saber ouvir e dialogar, assumindo a responsabilidade de acatar e representar as decisões da maioria, sem nunca desistir de dar opiniões e apresentar as suas propostas, pois os Conselhos Escolares são, acima de tudo, um espaço de participação e, portanto, de exercício de liberdade.

Ainda sobre participação, Navarro *et al* (2004), no quinto Caderno Temático do Programa, intitulado *Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor*, afirma que a participação não tem o mesmo significado para todos, sendo que ela apresenta diferenças significativas quanto à natureza, caráter, finalidades e alcance dos processos participativos, de forma que os próprios processos de participação constituem processos de aprendizagem e de mudanças culturais a serem construídos cotidianamente. Enquanto espaço democrático, a mesma autora afirma que a democratização da gestão escolar implica a superação dos processos centralizadores de decisão, e que as decisões nasçam das discussões coletivas, envolvendo todos os segmentos da escola (NAVARRO *et al*, 2004).

Dessa forma e tendo em vista ainda que a escola pública tem como função social formar o cidadão, a partir da socialização do saber historicamente criado e acumulado, como patrimônio universal da humanidade, a começar pela construção do conhecimento e da instigação de suas potencialidades, tornando-o crítico e participativo (NAVARRO *et al*, 2004), é correto afirmar também que a escola é o espaço ideal para que se construam práticas democráticas que estimulem a emancipação dos cidadãos, bem como incentivem a participação e a apropriação de direitos e deveres por parte de todos os membros da comunidade escolar, pois, nas palavras de Paulo Freire,

Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós, que é o de assumir esse país democraticamente. (FREIRE *apud* NAVARRO *et al*; 2004, p. 7).

Sendo assim, o Conselho Escolar exerce papel fundamental, pois representa a pluralidade de interesses, de opiniões e de ideias, todos convergindo para um mesmo propósito de melhorar a qualidade na educação por meio de uma gestão pública democrática, com ênfase nas políticas de educação, mas agindo também no sentido de “ensinar democracia” no âmbito da escola e com reflexos fora dela. Corroborando Paro (2002) ao afirmar que a escola, especialmente a básica, cuja função primordial é a universalização da cultura, tem um papel determinante a desempenhar, especialmente quando se pretende articular sua ação com a transformação social. Ressalta-se também que todas essas proposições precisam de tempo para se firmar, não serão aceitas e postas em prática tão logo se saiba que se pode fazê-las, conforme bem posiciona-se Barbosa (2012, p.12) ao afirmar que é preciso considerar que a participação e a democracia são ações que se projetam para o futuro, enriquecidas e aprimoradas continuamente, não sendo uma prática de caráter técnico, mas sim da aceitação de assumir compromissos sociais que produzam valores públicos, democráticos e solidários.

### **3.3 Os Conselhos Escolares e a Gestão Pública Municipal**

É nesse contexto que os conselhos escolares trilham seus caminhos, desde o surgimento até o período atual. E assim como o conselho escolar e a escola são indissociáveis do ponto de vista estrutural, também o é a escola pública municipal e a administração pública do município, tendo em vista que o funcionamento da primeira se dá geralmente com base nas diretrizes da segunda por meio das Secretarias Municipais de Educação, preservada a autonomia da escola conforme previsão legal de cada município.

Importante considerar também que “Os conselhos [...] não falam pelos dirigentes (governo), mas aos dirigentes em nome da sociedade” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004, p. 45). E que embora seja primordial que haja interação e entendimento entre os membros do conselho e a equipe gestora da escola, pode haver também uma tensão entre o poder da direção da escola e o poder do conselho

escolar, entre o papel regulador dos órgãos centrais do sistema de ensino e a escola, sendo que é imprescindível que a autonomia da escola seja exercida de forma a reconhecer e a preservar os princípios e as diretrizes da política educacional do município, bem como cabe aos sistemas respeitarem o espaço de autonomia da escola. Não se pode equivocadamente considerar que cada escola, de forma individual e fragmentada, conseguirá construir um novo projeto e uma nova função social para a escola (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2006).

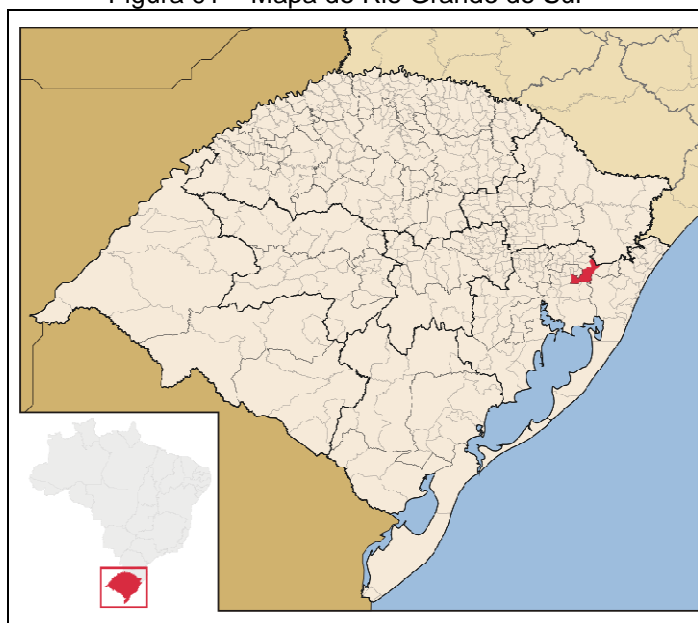
Com base nessas concepções e dada a sua importância enquanto espaço de participação é que os conselhos escolares vem ganhando espaço, convertendo-se no mais importante canal de participação democrática de diferentes atores sociais na gestão da escola pública, e por isso, fundamentalmente também na gestão pública municipal no que tange à políticas públicas em educação nas esferas municipais.

No que concerne ao município de Taquara e sua gestão pública, a relação com esta e os Conselhos Municipais está presente na Lei Orgânica Municipal, que em seu Art. 82 os definem como órgãos de cooperação governamental e participação comunitária, tendo por finalidade auxiliar a administração na orientação, planejamento, fiscalização, avaliação, julgamento e deliberação quanto à execução das ações e políticas públicas da sua competência. Quanto aos Conselhos Escolares especificamente, para a administração pública segundo a Lei Municipal nº 3.493/2005, o papel dos Conselhos constitui-se no órgão máximo, em nível de escola, com a função deliberativa, consultiva e fiscalizadora nas questões pedagógicas, administrativas e financeiras, resguardados os princípios educacionais, as normas legais e as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

#### 4. OS CONSELHOS ESCOLARES E A GESTÃO PÚBLICA EM TAQUARA

O município de Taquara, no Rio Grande do Sul, possui uma população de 54.656 (cinquenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e seis) habitantes (IBGE 2010), sendo que 45.276 (quarenta e cinco mil, duzentos e setenta e seis) habitantes residem na zona urbana e 9.380 (nove mil, trezentos e oitenta) na zona rural, conforme dados do IBGE 2010. O mapa que segue mostra a sua localização no Rio Grande do Sul.

Figura 01 – Mapa do Rio Grande do Sul



Fonte: Wikipedia - enciclopédia livre

Em termos de dados educacionais, havia no município, no ano de 2014 e pertencentes ao sistema municipal de educação, 35 (trinta e cinco) escolas municipais, sendo 16 (dezesesseis) na zona urbana e 19 (dezenove) na zona rural. Do total de escolas municipais, 9 (nove) são exclusivas de educação infantil, sendo que dessas há 7 (sete) na zona urbana) e 2 (duas) na zona rural. Em 2014, essas 35 (trinta e cinco) escolas atenderam um total de 5.402 (cinco mil quatrocentos e dois) alunos.

Dessa totalidade de escolas e alunos, são objetos de estudo desse trabalho os conselhos escolares existentes em 18 (dezoito) escolas, sendo 15 (quinze) urbanas e 3 (três) rurais, uma vez que somente nessas 18 (dezoito) escolas houve eleição para formação desse colegiado. Salienta-se que embora venha sendo gradativamente ampliado através do surgimento de diversos mecanismos de

participação popular, percebe-se ainda uma modesta participação dos Conselhos Escolares municipais nas atividades de gestão das escolas públicas da cidade de Taquara.

Neste município, são realizadas capacitações mensais dos membros, objetivando que os participantes apropriem-se das reais responsabilidades e possibilidades enquanto membros-cidadãos críticos e participativos, qualificando sua atuação no âmbito das escolas municipais, apoiando a consolidação da democracia nas instituições educativas, visto que a democracia ainda pode gerar estranheza quando posta em prática. Tal cultura, arraigada em muitos locais, necessita de uma mudança de postura que só é possível através do respeito e criação de oportunidades para que as pessoas percebam que pode ser diferente, e que elas também são responsáveis pela busca de sucesso na educação escolar e no processo de aprendizagem integral, que forma um cidadão crítico e participativo, capaz de transformar a realidade em que está inserido (NAVARRO, *et al*, 2004).

Nesse sentido, para que fosse possível pesquisar sobre o funcionamento dos conselhos escolares em Taquara com base na visão dos próprios conselheiros, foram aplicados 84 (oitenta e quatro) questionários, que tiveram seus resultados analisados com base também na observação participante realizada durante a pesquisa. As respostas obtidas através dos questionários serão apresentadas em seguida com as colocações dos conselheiros no que se refere à percepção dos próprios quanto ao funcionamento dos conselhos escolares municipais em Taquara. Esclarece-se que em algumas situações foi possível analisar e compilar as respostas, mas há momentos em que se tornou necessário transcrever integralmente a colocação, por acreditar-se não ser possível uni-la a outra sem perda na qualidade da informação. Esclarece-se ainda que em todas as seções houve transcrição de algumas colocações dos conselheiros, integralmente como se encontram nos questionários aplicados, para tornar possível um melhor entendimento das respostas às questões aplicadas.

#### **4.1 Os conselhos escolares em Taquara: funcionamento do espaço democrático**

A fim de identificar o funcionamento dos Conselhos Escolares, suas semelhanças e especificidades, mesmo que sob a mesma tutela municipal, utilizou-se a seguinte questão *“Você considera o Conselho Escolar da sua Escola ativo e*



*participativo? Por quê?*”. Para um melhor entendimento dessa questão, as respostas foram separadas por segmento representado, possibilitando atentar para a visão que cada grupo de conselheiros tem do próprio conselho.

Em resposta a essa pergunta, foram obtidos os resultados abaixo, por segmento participante da pesquisa:

**Quadro 4: Síntese do número de respostas dos entrevistados por posição: Sim ou Não**

Funciona?	Diretor	Docente	Funcionário	Pai	Aluno
SIM	11	13	12	12	7
NÃO	6	3	5	4	0

Fonte: Dados da autora (2015)

#### **4.2. A) Em relação aos diretores**

Para os 11 (onze) diretores que responderam sim, os motivos pelos quais o conselho pode ser considerado ativo são porque o grupo está sempre em contato e quando necessário organiza encontros e reuniões, porque o presidente trabalha na escola e é bastante presente, o grupo é bastante atuante e auxilia nas decisões referentes à escola, em algumas situações o conselho contribuiu para a resolução das dificuldades, há reuniões para refletir sobre melhorias e a melhor forma de pô-las em prática, o grupo de conselheiros toma decisões quando há situações difíceis e atua no sentido de contribuir na melhoria do cotidiano escolar, conforme colocação dos próprios diretores escolares:

- Diretor 1: “Porque estão presentes na escola, na maioria das vezes.”
- Diretor 2: “Sim, porque sempre que necessário os conselheiros são chamados para participar das tomas de decisões administrativas, financeiras e principalmente pedagógicas, tanto nas questões de comportamento indisciplinar, reprovação ou aprovação de alunos. E ter o presidente do Conselho dentro da escola é um privilégio que facilita o trabalho.”
- Diretor 3: “Participa de todas as reuniões juntamente com o CPM. Atua quando necessário nas promoções e eventos da escola. Toma decisões quando situações mais difíceis surgem, porém na escola isto nunca foi necessário, pelo tempo que estou atuando na direção.”

Para os diretores que consideram que os conselhos escolares das instituições em que atuam não podem ser considerados ativos, os motivos principais são que: há uma dificuldade muito grande em reunir o conselho e torná-lo ativo, até mesmo

em razão de que os demais conselheiros desconhecem o assunto e não sabem seu real papel, desconsiderando sua importância, em outro local alguns membros saíram da escola e não houve mais reuniões, e em duas escolas os diretores informaram que desconheciam a função do conselho, por isso nem o reuniam, conforme posto pelos diretores:

- Diretor 4: “Na verdade não sabíamos como de fato funcionava o Conselho Escolar, a partir do ano passado começamos a movimentar e fizemos poucas reuniões. Por esse motivo considero o conselho escolar da escola pouco participativo pelo fato de não termos nos reunido e dividido opiniões e metas.”
- Diretor 5: “Faz bastante tempo que houve a última eleição e muitos membros não estão mais na escola. Além disso só se começou a entender e dar importância para o mesmo a partir do ano passado.”
- Diretor 6: “Ainda estamos conhecendo e aprendendo. Devido a falta de conhecimento sobre o assunto o grupo se torna não participativo, pois desconhecem o seu real papel, desconsiderando assim sua importância, mas aos poucos isso vai se conquistar.”

#### **4.3. B) Em relação aos docentes**

Na visão dos representantes dos docentes no conselho escolar, em sua maioria houve a percepção que sim, o conselho é ativo na instituição em que atuam, por motivos tais como há participação do docente nas reuniões que integram toda a escola, são emitidas opiniões sobre questões da escola e tomadas de decisão, é possível amenizar os problemas ouvindo professores, alunos e comunidade como um todo e porque sempre há reuniões para decidir sobre os eventos da escola e meios de auxiliar professores e alunos. Seguem alguns relatos dos próprios:

- Docente 1: “Porquê participa das reuniões procurando integrar-se cada vez mais em relação a toda a escola.”
- Docente 2: “Porque participa e opina sobre questões importantes da escola”.
- Docente 3: “Participa das tomadas de decisão, agindo quando necessário.”

Na observação dos que consideram que não, o conselho não é ativo, os principais agentes causadores disso seriam a dispersão do grupo de conselheiros e a não realização de reuniões, houve ainda a afirmação por parte de um membro docente de que nunca soube da existência de nenhuma ação ou reunião do conselho.

- Docente 4: “O grupo acabou por se dispersar e a função do conselho não foi expressiva para a comunidade.”
- Docente 5: “Pois desconheço a participação do conselho, já pesquisei entre os demais colaboradores e não souberam me informar a periodicidade ou ainda algum assunto que tenha sido deliberado nos encontros/reuniões do conselho ou sequer alguma ação promovida para o crescimento da escola enquanto instituição.”
- Docente 6: “No momento não, pois não conseguimos nos reunir, temos muitas reuniões de outros assuntos e outras preocupações para resolver.”

#### **4.4. C) Em relação aos funcionários**

Segundo análise dos representantes dos funcionários nos conselhos, para os que consideram o conselho de sua unidade escola ativo, as principais causas do funcionamento são a realização de reuniões mensais para tomada de decisões, solução de problemas, conhecimento das prioridades da escola e para repasse de informações vindas de órgãos superiores, também porque participam das reuniões e ficam cientes da situação escolar, além de integrarem-se com as demais pessoas da escola. Já para os que consideram que o órgão não funciona, a principal razão seria porque ocorrem poucas ou não ocorrem reuniões; houve ainda um representante que não soube colocar o porquê da inatividade.

- Funcionário 1: “São feitos encontros mensais para a tomada e discussões necessárias, bem como repassadas as informações vindas dos órgão superiores.”
- Funcionário 2: “Porque nessas reuniões são discutidos assuntos referentes à escola (educação), nos integramos com as pessoas que fazem parte da referida escola, cada um dá sua opinião para juntos decidirmos o que deve ser melhorado.”
- Funcionário 3: “Porque nunca teve estudo, reunião ou até mesmo encontro dos participantes.”
- Funcionário 4: “Porque o ano passado não tivemos reunião.”

#### **4.5. D) Em relação aos pais dos alunos**

Na ótica dos pais de alunos, a maioria também considera o conselho ativo, pelos seguintes motivos: participam das reuniões, representam a comunidade escolar e local, atuando em conjunto e tomando decisões que são de sua responsabilidade para um bom andamento escolar e porquê todos ajudam como

podem para que o que foi proposto dê certo. Em contraponto, os pais que não consideram o conselho ativo, o fazem por que consideram que há pouca ação prática, principalmente porque a equipe da escola não toma a iniciativa de discutirem as ações do conselho, também em razão de serem chamados somente a cada 2 (dois) meses para definirem assuntos referentes as datas e comemorações importantes, soma-se a esses fatos ainda a realização de poucas reuniões.

- Pai 1: “Sempre tem as reuniões para tomar as decisões necessárias.”
- Pai 2: “Sim, mas com pouco ação prática, devido a falta de tempo por parte dos integrantes do colégio, pois devem ser eles que puxem o assunto, por ter mais conhecimento para desenvolver um bom trabalho.”
- Pai 3: “Não. É que o ano passado quase não teve reuniões. Esperamos que este ano vá bem.”

#### **4.6. E) Em relação aos alunos**

Por último e não menos importante, na visão dos alunos, a totalidades desses componentes consideram que a atuação do conselho é ativa, pelas seguintes razões, na transcrição do que foi posto pelos próprios conselheiros representantes desse segmento: *“Sempre que é solicitado, todos fazem a sua parte.”* *“Porque a grande parte das decisões tomadas no conselho foram postas em prática e realmente funcionaram”;* *“Por que ele discute o que vão fazer”;* *“Toma decisões importantes para a melhoria do nosso ambiente escolar”;* *“Participo de reuniões, eventos e acho tudo muito importante”;* *“Porque o conselho escolar ajuda a manter o estado do colégio como o banheiro que foi reformado mas já demoliram, mais só que alguns alunos não dão valor para as coisas boas que o conselho faz”;* *“Porquê a cada decisão que alguém toma é chamado o conselho escolar, não é a diretora só que decide as coisas, ela chama todos para aprovar as ideias”.*

Observa-se nas respostas dos membros alunos um certo distanciamento da questão inferida, mas ainda assim, pode-se considerar que há uma relação entre o que foi questionado e algumas respostas, pois há coerência manifesta entre uma e outra.

Assim, analisando a questão sobre *“Você considera o Conselho Escolar da sua Escola ativo e participativo? Por quê?”*, pode-se concluir que consoante às respostas dos conselheiros participantes da pesquisa, a maior parte considera que os conselhos escolares municipais são ativos e participativos, o que não é

sustentado pelas respostas com os motivos pelos quais esses órgãos são considerados ativos.

Percebe-se também que há entendimento de uma expressiva parcela de conselheiros sobre o que de fato são as atribuições desse órgão, entretanto, é significativo o grupo que considera o órgão funcionando apenas porque são realizadas reuniões. Ao encontro dessa observação, Tatagiba afirma que é percebida uma fragilidade na atuação dos conselhos decorrente da pouca qualificação dos conselheiros em relação à sua incapacidade de intervir mais ativamente no diálogo deliberativo no interior dos conselhos. Tal fragilidade reflete, muitas vezes, na baixa capacidade propositiva do conselho (TATAGIBA, 2006 *apud* BARBOSA, 2012, p. 9). Salienta-se que durante a observação participante houve a mesma percepção por parte da pesquisadora, no início da formação os representantes das escolas traziam a certeza de que seus conselhos funcionavam, conforme a formação avançava e havia a apropriação da dimensão das atribuições do conselho, as opiniões ia mudando, pois os conselheiros percebiam que o funcionamento do conselho ia além dos limites que consideravam necessários, e que na escola o funcionamento era parcial, com enfoques mínimos em alguns casos.

#### **4.7. O significado dos conselhos para seus próprios componentes**

A exemplo do que foi realizado anteriormente e para entender qual o significado do conselho para seus membros, de forma a tomar conhecimento do grau de importância que o colegiado tem para cada segmento que o compõe, foi aplicada a seguinte questão: *“Para você, o que representa o Conselho Escolar?”*. Também nessa oportunidade, as respostas foram separadas por segmento representado nos conselhos escolares municipais de Taquara, mas diferentemente do capítulo anterior, em que foi possível unir considerações dadas as semelhanças entre elas, nesse questionamento, por ter havido respostas bastantes diversificadas, observou-se a necessidade de transcrevê-las na íntegra, para que não houvesse perda ou alteração no significado das mesmas, conforme segue:

#### 4.8. A) Em relação aos diretores

Para os diretores, o Conselho Escolar representa, conforme transcrição literal:

- Diretor 1: “Representa as comunidades escolares e locais em busca de uma sociedade igualitária e justa.”
- Diretor 2: “É um órgão muito importante dentro da instituição, pois tem poder de atuação e decisão, também decide sobre a aplicação de recursos e investimentos dentro da escola, porém, é um poder camuflado, apagado, que as pessoas e profissionais não usam, mas está se destacando pois a direção precisa sempre destacar a importância do mesmo em tudo que acontece na escola.”
- Diretor 3: “Um conselho escolar representa um segmento constituído por pais, funcionários, professores, alunos e direção que se preocupam com o bom andamento da escola em todos os seus aspectos (pedagógico, financeiro e estrutural).”
- Diretor 4: “Conselho escolar é um auxílio na escola nas atividades e decisões a serem tomadas.”
- Diretor 5: “É apoio principal do diretor numa escola.”
- Diretor 6: “É um grupo de trabalho que fortalece a organização e funcionamento da escola, constituído para discutir, analisar, propor ações a tomar decisões de uma forma democrática, visando o bem-estar de todos e qualidade de vida escolar dos alunos.”
- Diretor 7: “Integrantes que representam todos os segmentos da escola que se reúnem para discutir, definir, opinar e acompanhar o desenvolvimento das práticas escolares.”
- Diretor 8: “É trabalhar em conjunto, direção, comunidade escolar, pais, professores e funcionários, para as decisões que devem ser tomadas favorecendo a escola.”
- Diretor 9: “É a participação dos segmentos da escola com seus representantes, buscando uma atuação comprometida para melhorias e buscar soluções para eventuais problemas.”
- Diretor 10: “É um órgão que ampara a direção da escola, trabalhando junto na qualidade do atendimento.”
- Diretor 11: “Um órgão consultivo, deliberativo e fiscal, ou seja, um apoio nas decisões referentes ao funcionamento, bem como aquisições e melhorias para a escola.”

- Diretor 12: “Órgão que auxilia e ampara decisões tomadas pela escola em casos específicos.”
- Diretor 13: “O conselho escolar é o órgão que ampara a escola em suas decisões administrativas e pedagógicas. O que o conselho decide em grupo é o que deve valer para cada realidade.”
- Diretor 14: “Considero um órgão de extrema importância, pois o mesmo auxilia em algumas decisões para que não fique centrado somente na direção.”
- Diretor 15: “Um grupo de pessoas representado por comunidade escolar, pais, professores e funcionários. Buscando junto com a escola ajudar na tomada de decisões e fiscalizar, tanto em âmbito administrativo, pedagógico e/ou financeiro.”
- Diretor 16: “O Conselho Escolar representa a comunidade escolar e local e atribuições como nas decisões sobre questões pedagógicas, administrativas e financeiras da escola.”
- Diretor 17: “Um apoio fundamental para o funcionamento da escola. Pessoas que ajudam a pensar e decidir as ações da escola.”

#### **4.9. B) Em relação aos docentes**

- Docente 1: “É um segmento que auxilia a escola no desenvolvimento para uma: gestão democrática na comunidade escolar.”
- Docente 2: “É um órgão que trabalha junto com a direção da escola somando forças para auxiliar nas melhorias.”
- Docente 3: “O conselho escolar é um instrumento eficaz para garantir a melhoria da qualidade da educação. Representa a comunidade escolar e local, atuando com a administração da escola definindo caminhos para tomar decisões administrativas, financeira e político-pedagógica condizentes com a necessidade da escola.”
- Docente 4: “Representa um meio de solucionar alguns problemas entre a escola, aluno e comunidade.”
- Docente 5: “É um órgão responsável por questões referentes a escola que atua em conjunto com a direção, representado pela comunidade escolar, pais, alunos, professores e funcionários.”
- Docente 6: “O Conselho Escolar tem a responsabilidade de tomar decisões juntamente com a escola em todos os segmentos: Administrativo, Pedagógico e Funcional, participando também com sugestões para o melhor andamento da escola.”

- Docente 7: “Para mim o Conselho Escolar é o ponto crucial de apoio à escola nas questões e decisões que ela venha a tomar e necessita deste para programar investimentos que a escola venha realizar.”
- Docente 8: “Fiscalização e apreciação das verbas e assuntos referentes a assuntos escolares.”
- Docente 9: “O conselho escolar é uma forma de integrar toda a comunidade escolar, favorecendo a escola através das decisões tomadas coletivamente.”
- Docente 10: “Para ajudar nas decisões da equipe diretiva e no andamento da escola.”
- Docente 11: “O Conselho escolar é muito importante, pois é um grupo muito envolvido com o dia a dia da escola, mas com diferentes pontos de vista, o que faz com que o trabalho desenvolvido aqui seja aperfeiçoado como um todo.”
- Docente 12: “O conselho escolar é um órgão responsável em ajudar, colaborar e contribuir com a gestão da escola, em conjunto com a direção e demais representantes da comunidade escolar.”
- Docente 13: “Um órgão muito importante dentro de uma escola, sendo que este órgão tem muita força pois é representado por membros dos vários segmentos, os das várias funções da escola, inclusive de pais de alunos, trazendo uma visão da comunidade referente a decisões a serem tomadas.”
- Docente 14: “Um órgão que em conjunto com a direção é responsável pela gestão da escola, decidindo sobre assuntos pertinentes ao setor pedagógico, financeiro e administrativo.”
- Docente 15: “Para mim, o Conselho Escolar representa a síntese da escola. Nele podemos observar e acompanhar todos os representantes da comunidade escolar, bem como ter um panorama da escola sob todos os ângulos (direção, docência, grupo de funcionários, pais e alunos). Ele perpassa todas as instâncias da instituição escolar.”
- Docente 16: “Tomar decisões que auxiliem a escola.”

#### **4.10. C) Em relação aos funcionários**

- Funcionário 1: “Um espaço onde se pode e deve discutir casos que exijam mais atenção, algumas decisões precisam ser tomadas com mais agilidade.”
- Funcionário 2: “É grupo de pessoas que auxilia a escola no desenvolvimento na gestão da comunidade escolar.”



- Funcionário 3: “Para mim o conselho escolar representa uma reunião de pessoas que falam sobre as melhorias que são feitas na escola para o bem-estar de todos.”
- Funcionário 4: “Representa um momento em que a diretora reúne o pessoal em questão para alguns assuntos referentes ao que está acontecendo na escola.”
- Funcionário 5: “Um órgão importante que auxilia nas decisões referentes à escola.”
- Funcionário 6: “O Conselho escolar é um grupo de trabalho que auxilia a organização e funcionamento da escola, constituído para discutir, analisar e propor ações e juntos realizar a tomada de decisões.”
- Funcionário 7: “Um grupo de pais, professores, funcionários e direção, onde se discutem os problemas que precisam serem resolvidos dentro do referido grupo escolar.”
- Funcionário 8: “O grupo reunir-se para tratar dos assuntos escolares.”
- Funcionário 9: “Um grupo de pais e funcionários que ajudam a escola em suas decisões.”
- Funcionário 10: “Representa a união da comunidade escolar, que são os funcionários, professores, pais e assim chegar a melhor solução para as questões escolares de ensino e funcionamento da escola.”
- Funcionário 11: “É um conjunto de pessoas reunidas com o propósito de auxiliar as escolas no seu funcionamento.”
- Funcionário 12: “Representa as pessoas que fazem parte da escola, todos é a comunidade escolar em geral.”
- Funcionário 13: “Grupo de pessoas que se reúne para decidir questões da escola e melhor aprendizagem dos alunos, melhorias em um todo.”
- Funcionário 14: “É bom para trabalhar em união com o CPM em prol da escola.”
- Funcionário 15: “Representa mais um apoio para a escola onde todos possam se reunir para melhorias da escola e comunidade em geral.”
- Funcionário 16: “Um grupo de pessoas que ajudam a escola nas decisões.”
- Funcionário 17: “Para mim representa que deveria pais e professores e funcionários decidirem o melhor para nossa escola.”

#### **4.11. D) Em relação aos pais dos alunos**

- Pai 1: “Representa um bom funcionamento da escola.”
- Pai 2: “Representa um órgão de auxílio nas decisões da escola.”

- Pai 3: “Representa a participação dos pais e dos docentes para tomar decisões referentes aos problemas escolares.”
- Pai 4: “Representa apoio forte nas decisões e sugestões no funcionamento administrativo e pedagógico, é de extrema importância que o grupo acompanhe e dê opiniões para que juntos zelem pelo bem-estar da escola.”
- Pai 5: “Órgão responsável por representar a comunidade escolar bem como ajudar, a contribuir e colaborar com a gestão escolar.”
- Pai 6: “Uma oportunidade para os pais estarem mais presentes na escola.”
- Pai 7: “Representa um lugar de participação e decisão, um espaço de discussão e encaminhamento das demandas educacionais, possibilitando a participação social e promovendo a gestão democrática.”
- Pai 8: “Um grupo de pessoas que tomam decisões importantes no ambiente escolar.”
- Pai 9: “Representa participar nas questões importantes da escola, aprovar, decidir e votar assuntos administrativos e financeiros da escola.”
- Pai 10: “Ao meu ver, significa os pais participarem mais das atividades dos filhos e também expor suas ideias para melhoria da escola.”
- Pai 11: “É um órgão que auxilia e fiscaliza as decisões referentes a vida escolar.”
- Pai 12: “O Conselho Escolar é um órgão que auxilia as decisões da Direção escolar, bem como para direcionar decisões a serem tomadas.”
- Pai 13: “Uma ótima oportunidade de poder ajudar o colégio ou o ensino em si a ter bons resultados na formação de nossas crianças.”
- Pai 14: “Muito bom, pois juntos com a escola e CPM definimos juntos o que podemos melhorar na nossa escola.”
- Pai 15: “A participação dos pais nas decisões da escola. Mostra transparência. E também ficar por dentro do planejamento do ano letivo.”
- Pai 16: “Fiscalização e aplicação das verbas e assuntos referentes a alunos com problemas.”

#### **4.12. E) Em relação aos alunos**

- Aluno 1: “O Conselho Escolar é um grupo de pessoas que representa a escola, os alunos e os funcionários que ali trabalham.”
- Aluno 2: “Representa mudanças entre os alunos, professores, convivência entre os mesmos, ou até mesmo mudanças da escola.”

- Aluno 3: “É um lugar que as crianças não opinam.”
- Aluno 4: “Para auxiliar na escola com o desenvolvimento educacional.”
- Aluno 5: “Não sei muito o que dizer, porém acredito que é um órgão muito importante dentro da escola, onde decisões são tomadas com nossa participação.”
- Aluno 6: “Ajudar e manter o nosso colégio em bom estado e para monitorar seus devidos fatos acontecidos no colégio.”
- Aluno 7: “Representa ajudar a decidir algumas coisas como melhorar a escola, resolver funções de professores e alunos e diversas coisas.”

Analisando de um modo geral a questão “*Para você, o que representa o Conselho Escolar?*”, na visão dos conselheiros representantes dos diferentes segmentos e dado o caráter subjetivo e abrangente das respostas, percebe-se que houve uma grande diversidade de concepções por parte dos entrevistados, mas que praticamente todas as colocações apresentam elementos coerentes com a conceituação que define os conselhos, ressalvadas algumas colocações. Ou seja, as respostas da maior parte do conselheiros apontam para um correto entendimento teórico da representação do conselho na escola.

#### **4.13. A percepção dos conselheiros em relação à sua participação nos conselhos e à formação continuada**

Para que fosse possível entender sobre as participações dos representantes a partir da análise dos próprios conselheiros e a relação com a formação, foram aplicadas duas questões: “*Você participa das reuniões do conselho escolar? Se sim, com qual periodicidade: Se não, por quê?*” e “*Você considera válida a formação para conselheiros (reunião mensal na SMECE)? Sim ou Não? Porquê?*” Também nesse capítulo as respostas foram separadas por segmento representado.

Quanto a primeira pergunta, os resultados obtidos por segmento participante pesquisado foram:

**Quadro 5: Síntese do número de respostas dos entrevistados por posição: Sim ou Não**

Participa?	Diretor	Docente	Funcionário	Pai	Aluno
SIM	16	14	15	15	6
NÃO	1	2	2	1	1

Fonte: Dados da Autora (2015)

Na segunda questão: *Você considera válida a formação para conselheiros (reunião mensal na SMECE)? Porquê?* os dados coletados demonstraram as seguintes informações, também por segmentos pesquisados:

**Quadro 6: Síntese do número de respostas dos entrevistados por posição: Sim ou Não**

É válida?	Diretor	Docente	Funcionário	Pai	Aluno
SIM	17	16	17	13	5
NÃO	0	0	0	3	0
Abstiveram-se	0	0	0	0	2

Fonte: Dados da Autora (2015)

#### 4.14. A) Em relação aos diretores

A maioria significativa dos diretores pesquisados afirmou que participa das reuniões do Conselho, tendo apenas uma colocação contrária. Quanto a periodicidade com a qual participam das reuniões, para 6 (seis) diretores é sempre que ocorrem, mas não souberam precisar a periodicidade, para outros 6 (seis) é mensalmente, para 2 (dois) é bimestralmente, para 1 (um) é sempre que o conselho considera necessário a realização de reunião e para outro foram poucas vezes.

Nas palavras dos diretores:

- Diretor 1: “Sempre. É importante que a equipe diretiva proporcione espaço pra debates, reflexões e ações, não se esquecendo de suas responsabilidades, informando tudo o que acontece no ambiente escolar.”
- Diretor 2: “Em todas que se realizam mensalmente.”
- Diretor 3: “Sempre que o Conselho sente necessidade de fazer reunião.”

Para o diretor que respondeu que não participa das reuniões do conselho escolar, a resposta foi a seguinte:

- Diretor 4: “Não participava na gestão anterior, mas serei assíduo e farei com que o conselho seja bem ativo.”

No que se refere à formação, a totalidade dos membros diretores consideram válida a formação mensal realizada, por ser um momento em que é possibilitado refletir sobre o significado, funções e competências do conselho e dos conselheiros, conhecer boas práticas de outros conselhos, trocar ideias e experiências com outros conselheiros, conhecer outras realidades, aprender sobre a função do conselho na escola e conhecer a legislação. Dois diretores tiveram posicionamentos um pouco divergentes, posicionaram-se favoráveis à formação, mas um dizendo que a

considera válida, embora não mude a realidade da escola e outro afirmando que os assuntos são muito massantes e distantes da realidade da etapa em que a escola atua.

- Diretor 1: “É uma forma de refletir o significado e a posição do conselho na estrutura da escola, analisar as competências atribuídas, percebermos que todas as escolas tem problemas e como podemos de uma forma democrática procurar resolvê-los,”
- Diretor 2: “É válida pois trocamos ideias, vemos outras realidades. Aprendemos umas com as outras.”
- Diretor 3: “Assim como eu, outras pessoas assumem que não tem conhecimento sobre o assunto. Acredito ser de grande importância a representação da escola nestas reuniões, para continuarem os estudos com todo o conselho, na escola.”
- Diretor 4: “A formação sim, porém a maioria dos assuntos trabalhados eram bem massantes e teóricos, fugindo da nossa realidade de Educação Infantil.”
- Diretor 5: “Sempre é válida qualquer tentativa de melhorar o funcionamento dos conselhos nas escolas, mesmo que isso não mude muito a realidade.”

#### **4.15. B) Em relação aos docentes**

No segmento de docente também a maioria dos participantes da pesquisa afirmaram que participam das reuniões do Conselho, tendo apenas dois representantes que informaram que não participam. No que se refere a periodicidade com a qual participam das reuniões, 4 (quatro) docentes afirmaram que participam das reuniões sempre que as mesmas ocorrem, mas não souberam informar a periodicidade, para outros 6 (seis) é mensalmente, para 2 (dois) é bimestralmente, para 2 (dois) é sempre que possível, mas não puderam comparecer em todas.

- Docente 1: “Sempre que possível em função do trabalho.”
- Docente 2: “Sempre que convidada para as reuniões, faltando somente em momentos que por algum motivo justificado não possa comparecer.”
- Docente 3: “Sempre, pois acredito que dessa forma possamos somar satisfações futuras na escola.”

Em contraponto, 2 (dois) representantes dos docentes disseram que não participam porque não foi promovida nenhuma reunião desde que integram o conselho.

➤ Docente 4: “Ainda não participei de nenhuma, uma vez que este é o primeiro ano como docente nessa instituição e ainda não pude acompanhar nenhuma reunião, visto que essas não vem acontecendo ainda.”

➤ Docente 5: “Pois ainda não teve, desde que entrei para participar do conselho.”

Quanto à formação, todos os membros docentes consideram válida, por ser um momento em que é possível relacionar-se com demais conselheiros através das trocas de ideias e experiências, definir o que realmente é e faz o conselho, refletir sobre a importância e as funções do conselho, apropriar-se da função e aptidão para opinar na escola, conhecer a legislação, partilhar informações, aprender sobre a forma de resolução de conflitos no interior da escola, discutir situações e esclarecer dúvidas, ampliar os conhecimentos que possibilitam maior atuação na escola, entender da função e com isso contribuir mais na escola e adquirir conhecimento que subsidia a atuação do conselheiro na escola. Importante ressaltar a posição de um conselheiro docente, que considera válida a formação, mas que não considera possível estabelecer um relação entre a escola em que atua e a relevância do conselho.

➤ Docente 1: “Pois através desta formação podemos estar mais aptos a opinar e sugerir melhorias.”

➤ Docente 2: “Com certeza é fundamental ter uma formação e acompanhamento, visando a resolução de conflitos e explanação de ideias.”

➤ Docente 3: “É através das formações que teremos maior entendimento do nosso papel e assim poder colaborar cada vez mais com a comunidade escolar.”

➤ Docente 4: “É importante que os pares envolvidos no conselho visem o crescimento da escola e para que das reuniões se tire o maior proveito, todos devem entender e conhecer de antemão o que está sendo tratado, para tanto a formação é uma forma de subsidiar essa aquisição de conhecimento prévio.”

➤ Docente 5: “Esclarece o papel do conselho, sua importância e a amplitude de seu trabalho na escola. Mas não vejo uma relação próxima com a escola de educação infantil e a relevância do conselho.”

#### **4.16. C) Em relação aos funcionários**

Em relação a participação dos funcionários nas reuniões do conselho, 15 (quinze) informaram que sim, participam, e 2 (dois) afirmaram que não participam.

Dos que informaram participar, 7 (sete) o fizeram sempre que ocorreram reuniões, embora não saibam a periodicidade, 3 (três) informaram participação mensal, outros 3 (três) informaram bimestral e 2 (dois) informaram sempre que possível, embora tenham faltado algumas.

- Funcionário 1: “Uma vez ao mês na SMEC e uma vez na escola.”
- Funcionário 2: “Sempre que posso, é muito difícil eu faltar, pois é importante estar todos juntos, pois a escola é nossa.”
- Funcionário 3: “Sim, participo de todas, pois vale a pena. São bem aproveitadas.”

Os dois funcionários entrevistados que afirmaram não participar, justificaram da seguinte forma:

- Funcionário 4: “A direção anterior da escola nunca me comunicou sobre as reuniões como também não aceitava opiniões e ideias.”
- Funcionário 5: “Não conseguia tempo para ir nas reuniões.”

Referente à formação continuada, os representantes do segmento de funcionários foram unânimes ao considerá-la válida, principalmente por proporcionar a troca de conhecimentos e experiências, esclarecer dúvidas, propiciar atualização, conhecimento das funções, atribuições e funcionamento do conselho, integrar todos os segmentos dos conselhos, incentivar a troca de ideias, instigar discussões pertinentes ao funcionamento das escolas e por possibilitar aos conselheiros a apropriação das responsabilidades dos conselhos e como esses podem contribuir na escola.

- Funcionário 1: “Para se manter atualizado sobre os procedimentos do conselho.”
- Funcionário 2: “Pois é um momento de muita aprendizagem e troca de ideias e experiências, é importante já que conhecemos a função do conselho escolar, como suas atribuições e funcionamento.”
- Funcionário 3: “Porque nós estamos aprendendo a se integrar com outros segmentos e assim conseguiremos trazer melhorias para nossa escola.”
- Funcionário 4: “Trocar ideias e experiências com outras escolas.”
- Funcionário 5: “Sim, porque é muito importante discutirmos juntos o que é melhor para as escolas.”

#### **4.17. D) Em relação aos pais dos alunos**

Referente aos pais de alunos, os resultados foram bem semelhantes aos demais, sendo que 4 (quatro) desses entrevistados informaram que participam

sempre, mas não sabem qual a periodicidade, 3 (três) mensalmente, 2 (dois) bimestralmente, 2 (dois) trimestralmente e 4 (quatro) sempre que possível.

- Pai 1: “Participo sempre que possível.”
- Pai 2: “Sempre que convocado, sem período definido.”
- Pai 3: “Sempre que for convocada e que for possível.”

O que informou não participar o fez por motivos laborais, conforme posto pelo próprio:

- Pai 4: “Por motivos de trabalho.”

Na opinião do segmento de Pais, 13 (treze) responderam que consideram válida a formação, por várias razões tais como ser importante esse momento para troca de experiências, conhecimento das funções e atribuições do conselho, para analisar as competências que possibilitam uma contribuição democrática na escola, trocar ideias, atualizar-se e adquirir conhecimentos. Cabe destacar as opiniões de um pai que considera a capacitação como imprescindível ao funcionamento do conselho pois os conselheiros sabem muito pouco sobre a função dos conselhos escolares, de outro pai que só considera importante a formação quando multiplicada na escola e de um que considera válida, porém não acha necessário que haja encontros mensais, mas somente quando houver assuntos da escola a serem tratados.

- Pai 1: “Com certeza, pois é através das formações que analisamos as competências para resolvermos de forma democrática e assim poder contribuir com a comunidade escolar.”
- Pai 2: “Muito importante os encontros que tivemos. Sem essa capacitação, como pai, não teria muito a acrescentar no trabalho que pode ser feito.”
- Pai 3: “Sabe-se pouco sobre a função de conselheiro escolar.”
- Pai 4: “É sempre ótimo estar em formação, se atualizando.”
- Pai 5: “Considero válida, porém não acho necessário reuniões mensais e sim quando houver assunto importante a ser debatido.”

Para 3 (três) pais questionados, a formação não pode ser considerada válida pelas três razões seguintes:

- Pai 6: “Nem sabia que existiam essas reuniões.”
- Pai 7: “Porque os livros poderiam ser estudados na própria escola.”
- Pai 8: “Não possuo informações sobre esse assunto.”



#### 4.18. E) Em relação aos alunos

Dos alunos pesquisados, 1 (um) informou participar sempre que ocorrem reuniões, mas não soube precisar a periodicidade, 2 (dois) informaram que participam muito pouco, 2 (dois) informaram participar mensalmente e 1 (um) bimestralmente.

- Aluno 1: “Sempre que solicitado.”
- Aluno 2: “Participo muito pouco, pois tenho outros compromissos.”

Um aluno informou que não participa por conta de outra ocupação, conforme palavras do mesmo:

- Aluno 3: “Não, porque no momento estou fazendo curso, mas quando consigo uma folga no curso eu vou nas reuniões.”

Quando questionados sobre a formação para conselheiros, 5 (cinco) alunos responderam que consideram válida e 2 (dois) abstiveram-se de responder. Para os que consideram válida, as razões principais, segundo respostas transcritas, são:

- Aluno 1: “Formação é sempre importante.”
- Aluno 2: “Para discutir e resolver assuntos referentes à escola.”
- Aluno 3: “Sim, ter a consciência de melhorar a educação.”
- Aluno 4: “Acho que é importante, mas deveria ser mais dinâmico.”
- Aluno 5: “Porque para conhecer melhor o trabalho das escolas, etc.”

Quanto a participação nos conselhos, com base nas respostas dos conselheiros pesquisados, é possível afirmar que um número expressivo de conselheiros participa com bastante periodicidade. É importante se levar em conta que, com base na análise do conteúdo de algumas respostas, essa participação pode representar apenas em fazer-se presente. Com essa observação, corrobora Barbosa (2012, p. 12), ao afirmar que

É preciso ainda ter claro o risco de uma compreensão reduzida da participação. Pode-se supor que, pelo fato de existir como espaço público, a participação social aconteça como em um passe de mágica. A prática participativa se dá de forma gradual e é um processo pelo qual a sociedade está aprendendo como participar.

Quanto a formação continuada, o posicionamento dos conselheiros pode ser considerado quase uma unanimidade: sim, é válida a formação. Nesse sentido, o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares pode ser considerado significativamente positivo, pois é através dele que é subsidiada a

capacitação no município. Observa-se também que essa formação, além de acontecer na Secretaria de Educação, deveria acontecer na escola também, como forma de multiplicar os conhecimentos para os demais membros dos conselhos, tendo em vista que na Secretaria participam apenas alguns representantes dos conselhos de cada escola e que, pelo teor de algumas respostas, não há uma continuidade na instituição escolar.

#### **4.19. O grau de satisfação dos conselheiros em relação à valorização das opiniões e sua contribuição na gestão da escola.**

Para que fosse possível pesquisar o grau de satisfação dos conselheiros referente à valorização de suas opiniões, foi aplicada a seguinte questão: “*Você considera que suas opiniões são importantes para as decisões do Conselho? Sim ou Não? Porquê?*”. Já para tornar possível pesquisar o entendimento dos conselheiros quanto às contribuições do conselho na gestão da escola, foi elaborada a questão “*Você se lembra de alguma situação em que o Conselho auxiliou em alguma decisão referente ao funcionamento da escola? Sim ou Não? Qual?*”

Para a primeira pergunta as repostas foram as seguintes:

**Quadro 7: Síntese do número de respostas dos entrevistados por posição: Sim, Não ou Abstiveram-se**

São importantes?	Diretor	Docente	Funcionário	Pai	Aluno
SIM	16	16	17	16	7
NÃO	0	0	0	0	0
Abstiveram-se	1	0	0	0	0

Fonte: Dados da autora (2015)

Na questão “*Você se lembra de alguma situação em que o Conselho auxiliou em alguma decisão referente ao funcionamento da escola? Sim ou Não? Qual?*” as respostas divergiram significativamente, conforme segue:

**Quadro 8: Síntese do número de respostas dos entrevistados por posição: Sim, Não ou Abstiveram-se**

Lembra?	Diretor	Docente	Funcionário	Pai	Aluno
SIM	12	10	12	15	5
NÃO	5	6	5	1	1
Abstiveram-se	0	0	0	0	1

Fonte: Dados da autora (2015)

#### 4.20. A) Em relação aos diretores

Quanto a valorização das opiniões, o segmento dos diretores foram praticamente unânimes ao informar que consideram suas opiniões importantes para o conselho, havendo apenas um diretor optou por não responder a questão. Para os demais, as suas opiniões são importantes porquê no interior de um grupo todos são importantes, também porque quando o grupo não consegue se reunir deposita na pessoa da diretora a responsabilidade de tomar decisões, considera importante a opinião de todos, divide o peso das tomadas de decisões, para mediar as opiniões e expor a realidade escolar de forma a prover soluções adequadas, porque conhece melhor o funcionamento da escola e suas necessidades e porque todos os membros têm opiniões importantes.

- Diretor 1: “Como diretor é muito importante dividir o peso das tomadas de decisões com o Conselho, pois se dividem as responsabilidades de cada decisão, é um momento para ouvir a vontade de cada um, para que todos entrem em um consenso para o bem-estar de todos.”
- Diretor 2: “Todos devem dar sua opinião para que ela possa debatida no grupo.”
- Diretor 3: “Cada segmento tem uma visão dos fatos, portanto, todos devem ser ouvidos e encontrar soluções juntos. A equipe diretiva precisa mediar as opiniões e expor a realidade escolar para que as soluções sejam apropriadas.”

Nas respostas à questão *“Você se lembra de alguma situação em que o Conselho auxiliou em alguma decisão referente ao funcionamento da escola? Sim ou Não? Qual?”*, as respostas apresentaram várias divergências, conforme segue:

Para os 12 (doze) diretores que responderam sim, as situações nas quais o conselho auxiliou podem ser resumidas na solução de um conflito familiar de um aluno, nos eventos da escola e na decisão de disponibilizar internet à escola, na elaboração do calendário de eventos, na intervenção e apoio na solução de um caso de um aluno por motivo de indisciplina recorrente, no auxílio em eventos e promoções e definição das aplicações dos recursos financeiros, na elaboração das normas gerais da escola, no veto a entrada de alunos já formados e permissão somente da entrada de alunos da escola, na definição da centralização do atendimento aos pais de alunos na orientação e não nas salas de aula.

- Diretor 1: “Várias vezes, pois nosso Conselho é bastante atuante, mas em relação ao caso do nosso aluno “fulano de tal” que estávamos com bastante dificuldade com

a mãe, o conselho foi crucial nos dando todo o respaldo e ajudando em relação a outras famílias.”

➤ Diretor 2: “Em uma situação onde a Secretaria de Educação não nos apoiou e com conselho escolar nos apoiando conseguimos resolver um problema de indisciplina na escola e num caso de transferência.”

➤ Diretor 3: “Decisão sobre a festa de Natal, onde ficou decidido que seria inviável fazer no campo, ou aberta à comunidade devido a falta de espaço.”

Houve 5 (cinco) diretores que não lembraram de nenhuma situação em que o conselho auxiliou em alguma decisão, sendo que 3 (três) não souberam dizer porquê, outro afirmou que não houve necessidade e um que não sabia da real importância e não chamava o conselho nas tomadas de decisão.

➤ Diretor 4: “Não houve necessidade.”

➤ Diretor 5: “No momento ainda não, pois não sabia da sua real importância na tomada de decisões.”

#### **4.21.B) Em relação aos docentes**

Houve unanimidade entre os representantes do segmento de docentes, sendo que todos consideram suas opiniões importantes quando a intenção é somar, também porque todas as ideias merecem ser analisadas, porque representam uma classe e podem falar sobre demandas específicas da mesma, consideram a opinião bem-vinda pela direção, porque as opiniões fortalecem a escola, porque quando as opiniões são ouvidas e as decisões coletivas priorizadas se exerce a cidadania. Salienta-se que um docente ressaltou que considera sua opinião importante dependendo do assunto tratado.

➤ Docente 1: “Importante porque posso opinar, sugerir e tomar decisões, representando a classe dos professores, até mesmo falar sobre o que meus colegas pensam.”

➤ Docente 2: “Sim, pois na escola somos muito ouvidos. A direção nos coloca sempre a disposição para opinar e sinto que minha opinião tem sido ouvida.”

➤ Docente 3: “Depende do assunto, pois as decisões ter que ser pensadas para melhorar a escola.”

Na resposta à segunda questão (*“Você se lembra de alguma situação em que o Conselho auxiliou em alguma decisão referente ao funcionamento da escola? Sim*

ou Não? Qual?"), foi destacadamente significativo o número de docentes que não lembraram de nenhuma ocasião em que o conselho contribuiu na gestão da escola.

Para os que afirmaram lembrar, as oportunidades foram nas reuniões da escola, nas prestações de conta e em algumas questões pedagógicas, aprovação e decisão de ações pertinentes ao processo educativo, num conflito entre professor e aluno que foi mediado pelo conselho, em casos de indisciplina de aluno, em investimentos referentes à infraestrutura da escola, na decisão de que permaneceriam participando de uma atividade da escola somente alunos vinculados à unidade escolar, durante as promoções da escola, na alteração do local e do público permitido em um evento promovido pela escola, nas questões de inclusão, nas intervenções com o corpo docente e ainda em várias decisões.

- Docente 1: "Nas reuniões gerais de pais, prestações de conta com dinheiro público, questões pedagógicas."
- Docente 2: "Em que o aluno enfrentou o professor e o conselho reuniu-se para mediar a situação da melhor forma."
- Docente 3: "Sim, o conselho interferiu no local de realização da festa de Natal que seria organizada no campo com as famílias, o Conselho achou por bem fazer na escola, só para os alunos. Além disso, também interferiu na data da reunião de pais com o sorteio da rifa de Páscoa, para que possamos ter mais tempo para vender."

Dos 6 (seis) docentes que disseram que não, não lembram de nenhuma oportunidade em que o conselho auxiliou, 2 (dois) não souberam precisar porquê, e os demais pelos motivos listados abaixo, com as palavras dos conselheiros investigados:

- Docente 4: "Lembro de citarmos o conselho em várias situações, mas nunca foi utilizado na prática, mesmo porque só agora com as reuniões e leituras estamos nos inteirando do que é o conselho, da sua função e importância para a escola".
- Docente 5: "Não foi preciso."
- Docente 6: "Pois não tinha nenhuma informação do conselho, como também não conhecia para que servia o conselho."
- Docente 7: "Não tenho conhecimento prévio sobre a atuação da escola e do conselho trabalhando em conjunto pelo fato de estar chegando em 2015 na escola."

#### 4.22. C) Em relação aos funcionários

A exemplo dos outros segmentos, todos os conselheiros representantes dos funcionários consideram suas opiniões importantes nas decisões do Conselho, principalmente porque opiniões de todos os membros levam a uma decisão correta, porque somam com o grupo, consideram importante todos opinarem e que a partir do momento em que é convocado a opinião tem que ser valorizada, no auxílio a dirimção de dúvidas e na tomada de decisões consensuais, levando-se em conta que apesar das diferenças e opiniões sempre se chega a um consenso, e porque o membro representa todos os colegas do segmento.

- Funcionário 1: “A partir do momento que você é convocado a sua opinião também tem que valer. É preciso que haja diversas opiniões e que venham de todos os membros para que no final da reunião possa ser tomada a decisão correta.”
- Funcionário 2: “Sim, pois a intenção é somar com o grupo, para que possamos fazer a diferença.”
- Funcionário 3: “Pois as opiniões diferem umas das outras e no final sempre se chega a um denominador comum.”

Quando questionados se lembravam de alguma situação em que o Conselho auxiliou em alguma decisão referente ao funcionamento da escola e em qual, os funcionários conselheiros apresentaram os resultados abaixo:

12 (doze) disseram que sim, mas 1 (um) não soube dizer porquê, e os outros apontaram que lembram da contribuição significativa do conselho nas reuniões gerais de pais, em casos de indisciplina recorrente, nas decisões relacionadas a infraestrutura da escola e aquisição de materiais, nas promoções da escola e no direcionamento do dinheiro arrecadado, bem como na decisão referente ao uso de uniforme e de celular.

- Funcionário 1: “Resolvemos todo tipo de assunto, pensamos juntos, nas questões de sala de aula, inclusão, nas promoções e no que fazer com o dinheiro, quais as prioridades.”
- Funcionário 2: “O uso ou não do uniforme (2013), o uso do celular (2014) e o atendimento aos pais (2014).”
- Funcionário 3: “Na semana passada chamamos o conselho para decidirmos uma situação de indisciplina recorrente o que resultou no chamamento dos pais.”

Para 5 (cinco) conselheiros funcionários, não foi possível lembrar de nenhum momento em que o conselho auxiliou em alguma decisão da escola, sendo que 3

(três) não souberam dizer porquê, e os outros 2 (dois) justificaram com as seguintes falas, transcritas na íntegra:

- Funcionário 4: “No momento não estou lembrando porque participei regularmente das mesmas.”
- Funcionário 5: “Comecei a participar a partir do final do ano letivo 2014.”

#### **4.23. D) Em relação aos pais dos alunos**

Embora tenha sido consensual que todos consideram suas opiniões importantes, houve grande divergência de motivos pelos quais o segmento de pais chegaram a essa conclusão.

Os principais motivos citados foram que todas as opiniões expostas são para melhoria da escola, porque todos são importantes, porque como mãe é possível perceber a escola diferente dos professores e contribuir com sugestões diferentes para o ambiente escolar, porque é a partir da análise de todas as opiniões que se encontram as melhores alternativas, porque todos sempre são ouvidos, porque é a oportunidade de contribuir com experiências diferentes, porque sendo mãe e querendo o melhor para o filho considera que todas as crianças serão beneficiadas, porque o conselho escolar é o encarregado de fiscalizar os recursos financeiros e assuntos escolares em geral, também porque enquanto pais são capazes de analisar a escola como um todo, porque como ao estamos em uma democracia todos devem opinar, sendo que as decisões devem ser tomadas em conjunto e que todas as opiniões devem ser discutidas.

- Pai 1: “Porque sou mãe. E querendo o que é melhor para o meu filho e minha voz sendo ouvida (opinião) outros filhos se beneficiarão. As outras crianças.”
- Pai 2: “Sim, pois faço parte do grupo e juntos chegamos num consenso, priorizando as melhores alternativas para o desenvolvimento do conselho escolar.”
- Pai 3: “Em uma democracia é válido todo o tipo de opinião.”

Referente a questão “*Você se lembra de alguma situação em que o Conselho auxiliou em alguma decisão referente ao funcionamento da escola? Sim ou Não? Qual?*”, 15 (quinze) pais afirmaram que sim, lembram de alguma situação, conforme segue: em alguma decisão relacionada à infraestrutura da escola, na mediação de algum conflito entre professor e aluno, em casos de indisciplina, nas promoções escolares, no direcionamento de recursos financeiros arrecadados, na melhoria da

alimentação escolar e até mesmo na troca da direção da escola, também na suspensão das aulas após um forte temporal.

- Pai 1: “Tivemos um problema referente a um atrito professor-aluno e o conselho, a opinião e a ajuda do conselho foi bem relevante.”
- Pai 2: “Quando em casos de indisciplina juntamente Conselho Escolar, Conselho Tutelar, Equipe Diretiva e Pais tomam decisões para melhorar a vida do aluno e ambiente escolar.”
- Pai 3: “Na prioridade para usar o dinheiro e nas obras da escola.”

Houve ainda 1 (um) pai que afirmou não recordar de nenhum momento em que o Conselho auxiliou a escola.

#### **4.24. E) Em relação aos alunos**

Todos os alunos consideram suas opiniões importantes, conforme respostas dos próprios, transcritas em seguida:

- Aluno 1: “Pelo fato de eu ser aluna sei o lado dos alunos, e posso dar ideias que os envolvam.”
- Aluno 2: “Nós alunos pedimos melhorias em sala de aula, no comportamento em nossas tarefas.”
- Aluno 3: “Todas as opiniões são importantes.”
- Aluno 4: “Porque sempre uma nova opinião é importante.”
- Aluno 5: “Porque em cada reunião sempre aparecem ideias novas e eu vejo que estas ideias estão sendo feitas.”
- Aluno 6: “Pois todas as opiniões devem ser ouvidas e discutidas para aí sim tomarmos uma decisão.”
- Aluno 7: “Eu acho importante porque se cada conselheiro der uma opinião pode ajudar um monte, então eu acho válida a opinião.”

Quando perguntados se lembravam de alguma situação em que o Conselho auxiliou em alguma decisão referente ao funcionamento da escola, 5 (cinco) alunos disseram que sim, 1 (um) aluno afirmou que não lembrava e outro absteve-se de responder. Para os que consideraram que sim, os momentos recordados foram os que seguem:

- Aluno 1: “Quanto ao ingresso e permanência dos alunos na banda marcial.”
- Aluno 2: “Na suspensão das aulas quando ocorreu um forte temporal que destelhou a escola e caiu postes nas estradas.”



- Aluno 3: “Sim, para tomar decisões do mau comportamento do aluno e outros.”
- Aluno 4: “Melhorias na escola.”
- Aluno 5: “O banheiro masculino estava em maus condições e o conselho optou pela reforma desse banheiro, que tinha ficado ótimo, só que os alunos na metade do ano passado já tinham destruído com quase tudo.”

Para a questão: “*Você considera que suas opiniões são importantes para as decisões do Conselho? Sim ou Não? Porquê?*”, houve consenso quase que geral, com apenas uma exceção, de que sim, todos consideram suas opiniões importantes. Tal posicionamento pode ser considerado bastante positivo e ao encontro da premissa principal dos conselhos, que é de uma gestão democrática e participativa.

No entanto, na análise das respostas à questão “*Você se lembra de alguma situação em que o Conselho auxiliou em alguma decisão referente ao funcionamento da escola? Sim ou Não? Qual?*”, em que é possível estabelecer uma relação prática entre o funcionamento do conselho e suas contribuições na gestão da escola, as respostas apontaram para uma realidade bem diversificada, em que algumas escolas citaram situações pertinentes à atuação do conselho, mas, em contraponto, grande parte dos conselheiros não soube informar nenhuma situação em que o conselho foi realmente atuante. Diante dos resultados dessa análise, conclui-se que muitas das afirmações constantes nas seções anteriores ficaram restritas ao cunho teórico dos conselhos. Tal constatação vem ao encontro dos registros realizados durante a observação participante, em que a maioria dos representantes das escolas participantes, ao tomarem ciência das responsabilidades e possibilidades dos conselhos, concluíam que, apesar de os reconhecerem como importantes para a gestão escolar, os órgãos existentes nas escolas não tinham atuação compatível para serem considerados realmente participantes no processo de gestão da escola.

Essa constatação encontra respaldo também no fato de serem uma prática relativamente nova, e que tomar o destino da escola na mão, como sugere Freire, ainda é um caminho a ser trilhado, pois com exceção de casos isolados, conclui-se que a participação efetiva dos conselhos escolares na gestão da escola ainda não é prática consolidada entre as participantes da pesquisa. Nessa concepção, contribui Paro (1994) ao afirmar que sempre que se propõe uma gestão democrática da escola pública, com efetiva participação da comunidade escolar, isso acaba sendo considerado algo utópico, que ainda não existe, mas que não quer dizer que não possa vir a existir, e que deve-se inicialmente tomar consciência das condições ou

contradições concretas que apontam para a viabilidade de um projeto de democratização das relações no interior da escola.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a importância dos Conselhos Escolares na gestão da escola, principalmente por tratarem-se de órgãos nos quais a participação de toda a comunidade escolar constitui-se na base de sua formação, mas também por tratar-se de um colegiado participante da estrutura da escola, é que os Conselhos despontam como a mais proeminente estratégia para implantação da gestão democrática nas escolas públicas brasileiras.

É fato que tal oportunidade de controle social deve ser aproveitada, mas para que possa se consolidar e realmente exercer suas funções, é preciso primeiramente que os membros participantes tenham ciência de suas funções, já que, legalmente, há respaldo para sua atuação como um arranjo organizacional independente e acima do gestor escolar, por fazer parte da própria estrutura de poder da escola, se colocando como instância mediadora de tensões e conflitos, sendo capaz de expor os interesses pertinentes a todos os segmentos nele representados, fazendo com que toda a comunidade deixe de ser expectadora para atuar na gestão da escola, compartilhando decisões e responsabilidades com os gestores (MARQUES; SILVA, 2011).

Em Taquara, onde os Conselhos Escolares também estão amparados por legislação municipal como os órgãos máximos de gestão escolar, a realidade da atuação prática desses órgãos ainda pode ser considerada discreta, mas é perceptível também que esses órgãos estão cada vez mais buscando seu espaço intraescolar, principalmente no que se refere à capacitação de seus membros. Essa postura provavelmente refletirá na qualificação da atuação.

Através da pesquisa, foi possível coletar dados em que se confirma que, embora de forma diversificada ainda não muito expressiva, existe uma participação prática do Conselho nas escolas em diversos aspectos, tais como administrativos (organização de eventos), pedagógicos (situações de indisciplina) e financeiros (direcionamento e fiscalização dos recursos), mas não na totalidade das escolas, apenas de forma fragmentada em algumas unidades e geralmente não abrangendo todos os aspectos em um mesmo local de atuação. Ressaltou-se o conhecimento teórico da maior parte dos conselheiros sobre o tema, o que não pôde ser associado a quantidade de contribuições práticas do conselho escolar na gestão da escola, segundo informações dos próprios conselheiros entrevistados que em número

significativo, não lembraram de nenhuma situação em que o conselho atuou de fato na gestão da escola.

Essa situação pode ser esclarecida por muitas situações ocorridas durante a observação participante e as entrevistas com gestores e presidentes de conselho, que embora com palavras diferentes, relataram praticamente a mesma situação: na prática, os conselhos não funcionam integralmente. Ou participam de questões administrativas, ou pedagógicas, ou financeiras, deliberando pouco, e atuando algumas vezes apenas como validadores das decisões da equipe gestora. Cardozo, em uma pesquisa semelhante, em que investigou o funcionamento dos Conselhos Escolares de 9 (nove) escolas públicas em outro município, deparou-se com uma situação semelhante ao constatar que em (7) sete escolas os conselhos funcionam apenas para referendar o poder centralizado nas mãos dos diretores (as), observando que nessas as gestões das escolas não são compartilhadas com os conselhos, e que esses apenas legitimam decisões tomadas nos gabinetes dos gestores (CARDOZO, 2008).

Cabe salientar que membros de segmentos diferentes tiveram posicionamentos diversos e até mesmo antagônicos, pois um membro docente, presidente do conselho, alegou que o conselho não atuava mais por conta da resistência da equipe gestora em aceitar a participação do colegiado na gestão da escola, já no posicionamento do gestor, os conselheiros não demonstravam interesse em participar, sendo difícil até mesmo reuni-los. Em outra entrevista, um gestor informou que o conselho na escola em que atuava funcionava muito bem, porque o presidente trabalhava na própria escola e decidia tudo rapidamente, indo de encontro ao princípio democrático do colegiado, onde todos tem direito de opinar e não apenas um membro isoladamente, mesmo exercendo a função de presidente.

Em outra entrevista, o gestor colocou que finalmente havia entendido a função do conselho e que desde que havia iniciado a multiplicação da formação na escola, os membros qualificaram muito sua atuação, o presidente do mesmo conselho relatou que a equipe gestora os convocava com frequência para consultas e deliberações a respeito de situações na escola, e que havia de fato descentralizado a gestão. Nesse caso, podemos considerar que o conselho escolar está assumindo realmente o papel de protagonista da gestão, e não de expectador, e que isso se deveu em grande parte à postura do gestor ao valorizar e aceitar a participação do colegiado.

Desta forma, considerando-se que a gestão pública tem ampliado a participação e o controle social em suas ações, é correto afirmar que a escola é um local privilegiado para que se exerçam esses direitos, ensinando e aprendendo a participar. Mas, para que isso realmente aconteça, é preciso prover meios que fortaleçam a cultura da participação democrática, através de formações e amparos legais que legitimem essa atuação. Dada a vasta existência de dispositivos legais, destaca-se nesse sentido prioritariamente as formações, para os gestores e para toda a comunidade escolar, para que coletivamente possamos construir cidadãos éticos, ativos, participativos, responsáveis, priorizando a participação na construção de agendas que contemplem projetos emancipatórios, que coloquem como prioridade a mudança social e qualifiquem seu sentido e significado (GOHN, 2008 *apud* CARDOZO, 2008, p. 6).

Nesse sentido, a consolidação dos Conselhos Escolares enquanto órgãos realmente atuantes ainda pode ser considerada um desafio em Taquara, mas já há avanços no que se refere à formação, pois é destacadamente grande o percentual de conselheiros que possuem conhecimento teórico sobre a temática. É correto afirmar também que “(...) não podemos reduzir a participação efetiva somente à existência de processos formativos, que embora sejam um ponto importante, por si só não garantirá práticas democráticas, autônomas e participativas [...]” (CARDOZO, 2008, p. 7), comprovado pela significativa distância entre conhecimento da função e atuação prática, tão explicitada no decorrer dessa investigação.

Ressalta-se mais uma vez que participação é aprendizagem, e que talvez seja a cultura da não participação que ainda esteja por demais presente em nossas escolas, de modo a impedir uma maior atuação dos conselhos, e não só a falta de conhecimento teórico sobre a temática. Desse modo, é possível concluir, principalmente considerando-se as informações obtidas através das entrevistas e da observação, que existem muitos outros obstáculos que se interpõe entre a proposição e a efetiva participação democrática no âmago da gestão da escola pública.

## REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS

AGUIAR, Cefisa Maria Sabino *et al.* *Conselho Escolar e sua organização em fórum*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2009.

AGUIAR, Márcia Angela da S. *Gestão da educação básica e o fortalecimento dos Conselhos Escolares*. In: Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação, 4, 2007, Lisboa. Curitiba: UFPR, 2008.

BARBOSA, Selma Maquiné. *O Papel dos Conselhos na Construção Democrática da Gestão das Escolas e dos Sistemas*. 2012. Disponível em: <[http://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/SelmaMaquineBarbosa\\_int\\_GT4.pdf](http://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/SelmaMaquineBarbosa_int_GT4.pdf)>. Acesso em: 02 de abr. 2015.

BARCELLI, Juliana Carolina; LUIZ, Maria Cecília (org) *et al.* *Conselho escolar: algumas concepções e propostas de ação*. São Paulo: Xamã, 2010.

BATISTA, Neusa Chaves. *O Conselho Escolar Como Instrumento da Gestão Democrática da Escola Pública: Uma Construção "Sem Fim"*. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=7&ved=0CEgQFjAG&url=http%3A%2F%2Fseer.ufrgs.br%2Findex.php%2Fpoled%2Farticle%2Fdownload%2F51028%2F31747&ei=OGFJVdDXMbeKsQTuzoDQDw&usg=AFQjCN G1FPJNIBzDY0ydmvqQiu46ds8LUA&sig2=ZnsWXBRYVrJzdn-y-7vzqQ>>. Acesso em: 05 maio 2015.

BRASIL. *Portal da Transparência do Governo Federal*. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/controleSocial/ConselhosMunicipaiseControleSocial.asp>> Acesso em 05 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. *LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394*. Disponível em: <<http://www.cpt.com.br/ldb/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao-completa-interativa-e-atualizada#ixzz3RM8SCtTA>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. *Lei Orgânica do Município de Taquara*. Disponível em: <[http://www.camarataquara.com.br/files/Consolidao\\_Lei\\_Orgnica\\_-\\_Emendas\\_1\\_a\\_26\\_em\\_1\\_10\\_2013-\\_correta\\_na\\_folha\\_-\\_letra\\_tamanho\\_12\\_Folha\\_A4.pdf](http://www.camarataquara.com.br/files/Consolidao_Lei_Orgnica_-_Emendas_1_a_26_em_1_10_2013-_correta_na_folha_-_letra_tamanho_12_Folha_A4.pdf)>. Consulta em: 06 maio 2015.

\_\_\_\_\_. *Lei Municipal N° 3.493/2005*. Disponível em: <[http://www.camarataquara.com.br/lei/arquivo/3618\\_3493.pdf](http://www.camarataquara.com.br/lei/arquivo/3618_3493.pdf)>. Acesso em: 06 maio 2015.

\_\_\_\_\_. *Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 10 fev. 2015.

CARDOZO, Maria José Pires Barros. *A gestão democrática e o conselho escolar: tutela ou participação autônoma?* 2008. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0375.pdf>>. Acesso em: 03 maio 2015.

COSTA, Célia Maria *et al.* *Conselho Escolar e Direitos Humanos*. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2008.

DOURADO, Luiz Fernandes *et al.* *Conselho Escolar e o financiamento da educação no Brasil*. Brasília: MEC, SEB, 2006.

GODOY, Arilda Schmidt, 1995. *Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades*. 1995. Disponível em: <[http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCIQFjAA&url=http%3A%2F%2Fbibliotecadigital.fgv.br%2Fojs%2Findex.php%2Ffrae%2Farticle%2Fdownload%2F38183%2F36927&ei=nPZMVY-JEKGSsQTNrYCwDg&usg=AFQjCNFGNvbAtu-yPXTKskD0hX8CZc0t5Q&sig2=2irp4T6ls9\\_zjX7kMKB\\_-w&bvm=bv.92885102,d.cWc](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCIQFjAA&url=http%3A%2F%2Fbibliotecadigital.fgv.br%2Fojs%2Findex.php%2Ffrae%2Farticle%2Fdownload%2F38183%2F36927&ei=nPZMVY-JEKGSsQTNrYCwDg&usg=AFQjCNFGNvbAtu-yPXTKskD0hX8CZc0t5Q&sig2=2irp4T6ls9_zjX7kMKB_-w&bvm=bv.92885102,d.cWc)>. Acesso em: 02 maio 2015.

GRACINDO, Regina Vinhaes *et al.* *Conselho Escolar e a educação do campo*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. *Censo Escolar*. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

LIMA, Maria de Fátima Sousa. *O Conselho Escolar – no contexto da gestão democrática*. 2013. Disponível em: <[http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.anpae.org.br%2Fsimposio26%2F1comunicacoes%2FMariadeFatimaSousaLima-ComunicacaoOral-int.pdf&ei=a1M1VeCXNKe1sQSgs4GQAQ&usg=AFQjCNGJX1NpGuspAlue3N0p5bFDUe5Seg&sig2=zUABndzl3aY\\_7iGigkklOA&bvm=bv.91071109,d.b2w](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.anpae.org.br%2Fsimposio26%2F1comunicacoes%2FMariadeFatimaSousaLima-ComunicacaoOral-int.pdf&ei=a1M1VeCXNKe1sQSgs4GQAQ&usg=AFQjCNGJX1NpGuspAlue3N0p5bFDUe5Seg&sig2=zUABndzl3aY_7iGigkklOA&bvm=bv.91071109,d.b2w)>. Acesso em: 10 abr. 2015.

LUIZ, Maria Cecília *et al.* *Políticas Públicas Municipais: 2004. Os conselhos escolares como instrumento de gestão democrática e formação da cidadania*. Disponível em: <[http://alb.com.br/arquivomorto/edicoes\\_anteriores/anais16/sem09pdf/sm09ss05\\_05.pdf](http://alb.com.br/arquivomorto/edicoes_anteriores/anais16/sem09pdf/sm09ss05_05.pdf)>. Acesso em: 05 maio 2015.

MARQUES, Arleane Nascimento de Oliveira; SILVA, Luiz Antônio Coêlho. *Conselho Escolar, A Construção da Gestão Democrática na Escola: Um Estudo de Caso no Município de Lucena – PB*. 2011. Disponível em: <[http://portal.virtual.ufpb.br/bibliotecavirtual/files/conselho\\_escolar\\_a\\_construcao\\_da\\_gestao\\_democratica\\_na\\_escola\\_um\\_estudo\\_de\\_caso\\_no\\_municipio\\_de\\_lucena\\_pb\\_1343920726.pdf](http://portal.virtual.ufpb.br/bibliotecavirtual/files/conselho_escolar_a_construcao_da_gestao_democratica_na_escola_um_estudo_de_caso_no_municipio_de_lucena_pb_1343920726.pdf)>. Acesso em: 02 abr. 2015.

MEASSI, Nelci Olímpia; ALMEIDA, Janaina Aparecida Mattos. *A Contribuição Do Conselho Escolar na Construção da Gestão Democrática*. 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2086-8.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Fortalecimento dos Conselhos Escolares*. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12619&Itemid=661](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12619&Itemid=661)>. Acesso em: 05 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. *Pradime – Programa de apoio aos dirigentes Municipais de Educação*. 2006. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Pradime/cader\\_tex\\_3.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Pradime/cader_tex_3.pdf)>. Acesso em: 11 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. *Conselhos Escolares. Uma Estratégia de Gestão Democrática da Educação Pública*. 2004. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce\\_gen.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_gen.pdf)>. Acesso em: 05 maio 2015

\_\_\_\_\_. *Conselho Escolar: Estratégia de Gestão Democrática*. 2004. Disponível em: <[http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/canais\\_texto3.pdf](http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/canais_texto3.pdf)> Acesso em: 15 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. *Conselho Escolar como Espaço de Formação Humana: círculo de cultura e qualidade da educação*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/cad%206.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. *Conselho Escolar e a valorização dos trabalhadores em educação*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/cad%208.pdf>> Acesso em: 10 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. *Conselho Escolar e a Aprendizagem na Escola*. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce\\_cad2.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad2.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. *Conselho Escolar e a Relação entre a Escola e o Desenvolvimento com Igualdade Social*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/cad%2010.pdf>> Acesso em 05 abr. 2014.

NAVARRO, Ignez Pinto et al. *Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania*. Brasília: MEC, SEB, 2004.



\_\_\_\_\_. *Conselho Escolar e o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade*. Brasília: MEC, SEB, 2004.

\_\_\_\_\_. *Conselho Escolar e o aproveitamento significativo do tempo pedagógico*. Brasília: MEC, SEB, 2004.

\_\_\_\_\_. *Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor*. Brasília: MEC, SEB, 2004.

PARO, Vitor Henrique. *Implicações do caráter político da educação para a administração da escola pública*. *Educação e Pesquisa*. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v28n2/a02v28n2.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. *Gestão Democrática Da Escola Pública*. 1994. Disponível em: <<http://www.vitorparo.com.br/gestao-democratica-da-escola-publica/>>. Acesso em: 09 abr. 2015.

PORTAL EDUCAÇÃO. *Conselhos Municipais De Educação: Natureza, Papéis E Funções*. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/Artigo/Imprimir/26730>> Acesso em: 06 maio 2015.

PREFEITURA DE TAQUARA. Disponível em: <[http://www.taquara.rs.gov.br/home/show\\_page.asp?id\\_CONTEUDO=2889&codID\\_CAT=835&id\\_SERVICO=&ID\\_LINK\\_PAI=&categoria=Cidade](http://www.taquara.rs.gov.br/home/show_page.asp?id_CONTEUDO=2889&codID_CAT=835&id_SERVICO=&ID_LINK_PAI=&categoria=Cidade)>. Acesso em: 25 mar. 2015.

RAMOS, Géssica Priscila Ramos; FERNANDES, Maria Cristina. *Lutas, contradições e conflitos*. In: LUIZ, Maria Cecília *et al.* *Conselhos Escolar: Algumas concepções e propostas de ação*. São Paulo: Xamã, 2010.

SANTOS, Claudivon Silva; OLIVEIRA, Ducirlândia F. de S; BRITO, Regivane Santos. *A Contribuição do conselho escolar na construção da gestão democrática no Município de Planaltino-Ba*. Disponível em: <<http://www.uesb.br/eventos/semanapedagogia/anais/68CO.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2015.

VASCONCELOS, Francisco Herbert Lima; SOARES, Swamy de Paula Lima; MARTINS, Cibelle Amorim; AGUIAR, Cefisa Maria Sabino (orgs.). *Conselho escolar: processos, mobilização, formação e tecnologia*. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

WIKIPÉDIA – A ENCICLOPÉDIA LIVRE. Taquara. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Taquara\\_\(Rio\\_Grande\\_do\\_Sul\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Taquara_(Rio_Grande_do_Sul))>. Acesso em: 02 abr. 2015.

## APÊNDICE

**APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO CONSELHOS ESCOLARES – 2015**

Escola: \_\_\_\_\_

Segmento representado: \_\_\_\_\_

1. Para você, o que representa o Conselho Escolar?

---

---

---

---

2. Você considera o Conselho Escolar da sua escola ativo e participativo?

 Sim Não

Porquê?

---

---

---

---

3. Você participa das reuniões do Conselho Escolar?

 Sim

Com qual periodicidade?

---

---

 Não

Porquê?

---

---

4. Você considera válida a formação para conselheiros (reunião programada)?

 Sim Não

Porquê?

---

---

---

---

5. Você considera que suas opiniões são importantes para as decisões do Conselho?

( ) Sim

( ) Não

Porquê?

---

---

---

---

6. Você lembra de alguma situação em que o Conselho auxiliou em alguma decisão referente ao funcionamento da escola?

( ) Sim

( ) Não

Qual?

---

---

---

---

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_.